

Anúncio da vitória da Frelimo e Chapo pode ser o gatilho do “Turbo V8”



Venâncio Mondlane espalha gasolina e entrega o fósforo a Lúcia Ribeiro



PAG: 04

EVIDÊNCIAS

80 Meticais

Nosso compromisso é com a verdade

Registo: 011/GABINFO-DEP/2020

DIRECTOR: Nelson Mucandze | EDITOR: Reginaldo Tchambule | Terça-Feira, 17 de Dezembro de 2024 | Edição nº: 189 | Ano: 04

Solução proposta por Nyusi divide Comissão Política e outra não foi acolhida pelo CE

Conselho de Estado rejeita proposta de estado de sítio



*Após governação fracassada, Nyusi tem menos de 30 dias para cumprir promessa de estabilidade
Todas as propostas apresentadas no partido e no governo encontram resistência interna
Por mais bem intencionadas são rejeitadas por medo do fantasma do terceiro mandato*

Funeral de Mano Shottas se torna palco do “ritual de sangue” Pressão de África do Sul obriga PRM a matar para abrir fronteira

PAG: 03

PUBLICIDADE

SE TENS 16 A 25 ANOS VAIS GRAMAR!

ACTIVA JÁ O TEU PACOTE JOVEM E CURTE A DRENA

DIGITA ***212#** A PARTIR DE 5MT-350MB

4G

tmcel

Termos e condições aplicáveis

Forquilha diz que CC pretende validar resultados que não correspondem a verdade eleitoral

O presidente do Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), Albino Forquilha, não escondeu o seu descontentamento em relação ao encontro que manteve com o Conselho Constitucional (CC). Forquilha, que fazia balanço do encontro com o CC, acredita que a instituição lidera por Lúcia Ribeiro pretende validar resultados que não correspondem a verdade eleitoral. Por outro lado, o líder do PODEMOS exigiu a recontagem de votos.



Solução proposta por Nyusi divide Comissão Política e outra não foi acolhida pelo CE

Conselho do Estado rejeitou proposta de declaração de Estado de Sítio

*Após governação fracassada, Nyusi tem menos de 30 dias para cumprir promessa de estabilidade
Todas as propostas apresentadas no partido e no Governo encontram resistência interna
Por mais bem intencionadas são rejeitadas por medo do fantasma do extensão de mandato*

O Conselho do Estado, um órgão de consulta do Presidente da República que, dentre várias competências, tem a obrigatoriedade de se pronunciar sobre a declaração de guerra, do Estado de sítio ou do Estado de Emergência, se, reuniu semana passada para analisar a situação de segurança no território nacional, com enfoque para o Teatro Operacional Norte e nas manifestações no período pós-eleitoral. Filipe Nyusi colocou na mesa a possibilidade de se declarar Estado de Sítio, proposta que foi de imediato rejeitada pelos presentes, recorrendo a argumentos de que não se pode generalizar os focos de instabilidade. Aquela não foi a primeira reunião que Nyusi colocou na mesa a declaração de Estado de Sítio ou de Emergência, um recurso constitucional que limita as liberdades fundamentais. A pretensão já foi partilhada com a Comissão Política, como parte das soluções. Ainda nesta segunda, a Comissão Política esteve reunida e Nyusi criticou, de forma irônica, a postura deste órgão, que sem apresentar soluções, limita-se em não acolher suas soluções, um posicionamento raro e que sugere isolamento.

Nelson Mucandze



Nyusi ocupou-se, quase toda a semana, em auscultar vários sectores relevantes da sociedade sobre os possíveis caminhos de saída da crise pós-eleitoral, uma abordagem que diverge com o estilo que o caracterizou durante os seus 10 anos de governação, em que fechou-se na presidência e colocou perto de si adulares, enquanto expurga para longe os que não o bajulam ou questionam.

No dia 11 passado, decorreu a VII Reunião do Conselho de Estado, um órgão de consulta do Presidente da República que tem as competências de pronunciar-se, obrigatoriamente, sobre a dissolução da Assembleia da República; b) declaração de guerra, do es-

tado de sítio ou do estado de emergência; c) realização de referendo, nos termos da alínea c) do artigo 159 da Constituição da República; e d) convocação de eleições gerais.

Ao que Evidências apurou, Nyusi quis ouvir este órgão, que contou com a presença dos antigos Presidentes da República, Joaquim Chissano e Armando Guebuza, entre outras personalidades, sobre a possibilidade de declaração do Estado de Sítio e, em resposta, este órgão não se mostrou favorável.

Os argumentos levantados sugerem que o órgão pode estar a minimizar o caos resultante da crise pós-eleitoral, embora, no fim, sem fazer referência ao Estado de Sítio,

tenha reconhecido que o país está instável por conta de partidização dos órgãos eleitorais e sugerido uma saída futura que passe pela “despartidização” e “profissionalização” dos órgãos eleitorais.

“O órgão considerou que a crise pós-eleitoral desafia o Estado moçambicano a levar a cabo reformas profundas como forma de evitar que, no futuro, tais actos voltem a suceder. Para o efeito, foi proposta a revisão atempada e inclusiva da lei eleitoral, devendo incidir sobre questões tais como a despartidização e profissionalização dos órgãos de gestão eleitoral, bem como a adopção de medidas conducentes à promoção de transparência e credibilização dos processos

eleitorais”, lê-se no comunicado do órgão, que não mostra nenhuma solução para a crise de hoje. Aliás, sugeriu no parágrafo seguinte que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) devem recorrer a força apenas nos casos de necessidade, devendo privilegiar o diálogo.

**Encurralado e isolado ...
Nyusi esculacha
Comissão Política**

Segundo apurou o jornal Evidências, o Conselho do Estado não foi o primeiro órgão para onde Filipe Nyusi colocou à mesa os seus ensaios de possíveis soluções para a crise pós-eleitoral, que encontrou no venancismo uma nova forma de pressão à Frelimo e seu governo, causando danos incalculáveis à sociedade em geral, tanto na economia na escalada macro, assim como na micro-economia, chegando a dimensão das famílias.

A Comissão Política já foi abordada e não se mostrou favorável. Entre as razões, o jornal apurou de fontes do partido que o receio prende-se com o sempre presente fantasma de perpetuação do poder, mas Nyusi já disse que não está cansado e que não pretende continuar no poder. Aliás, voltou a reforçar este discurso no encontro que teve semana finda com jornalista onde de forma peremptória que “não quero”, assumindo que não seria em dois ou mais que conseguiria fazer o que não conseguiu em 10 anos.

Aliás, dentro deste órgão, de acordo com a nossa fonte, Nyusi explicou que seu desejo é criar condições para que o processo de transição ocorra sem agitação e deixar este fardo com Daniel Chapo, declarado vencedor pela Comissão Nacional das Eleições (CNE), e que continua a liderar essa posição na contagem do Conselho Constitucional (CC) que

semana passada explicou ter essa prerrogativa de cruzar e rever os números mesmo com certas correntes sociais terem referido que este órgão não tem essa prerrogativa. A contagem do CC consiste na comparação dos editais da CNE com os de partidos políticos.

Receios de extensão de mandato minam toda e qualquer boa intenção do PR

A colocação de Nyusi foi de balde. Os receios de que ela possa recorrer a esta prerrogativa constitucional para perpetuar o seu consulado podem estar por detrás dessa rejeição da Comissão Política, a nível do partido, e do Conselho do Estado.

Aos poucos, com a evolução da manifestação pacífica para violenta, com registos de entradas suspeitas sem verificação rigorosa nas fronteiras, num contexto de um Estado que enfrenta terrorismo mais a norte, incluindo, num outro campo, a morte de inocentes pelas mãos de polícia e não só, os requisitos para declaração do Estado de Sítio vão sendo preenchidos.

Entre as soluções que, agora, não acolhem consenso no partido consta o dialogo com Venâncio Mondlane. Na sessão da Comissão Política desta segunda-feira, Filipe Paunde e Maragarida Talapa não deram apoio a Nyusi quando colocou a prerrogativa de insistir e falar com Venâncio Mondlane, uma prerrogativa que fracassou quando foi colocada para um dialogo a quatro. O único que encorajou foi Aires Ali, mas Nyusi, com ares de desgaste, referiu que não a partilhar para ter aprovação. “Podia ter falado e vocês ver no jornal e me saudarem”, esculachou Nyusi.

Continua na pag 03

Nyusi culpa desastres naturais e Covid-19 pela falta de emprego para juventude

Durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2019, Filipe Nyusi prometeu reduzir a taxa de desemprego no seio da juventude moçambicana, com a criação de cerca de três milhões de empregos. Contudo, quando caminha a passos largos de terminar o mandato o exército de desempregados, ao invés de diminuir, cresceu exponencialmente e o Chefe de Estado aponta que não conseguiu cumprir a meta de criação de empregos devido aos desastres naturais e Covid-19.



DESTAQUE
EVIDÊNCIAS

17 DE DEZEMBRO DE 2024

3

Funeral de Mano Shottas se torna palco do “ritual de sangue” e arranca mais almas Pressão da África do Sul obriga PRM a derramar sangue para abrir fronteira de Ressano Garcia

“Vou parar de gravar ... estou a morrer” – últimas palavras de uma morte assistida ao vivo

Desde o dia seguinte, a fronteira de Ressano está a operar. Só teve pausa para funeral

Pelo menos dois jovens morrem e mais de uma dezena de feridos

As manifestações convocadas por Venâncio Mondlane desde 24 de Outubro e que estão prestes a completar dois meses, com paralisação de actividades e circulação de veículos, para além de Moçambique, está a afectar a economia dos países vizinhos. A África do Sul é um dos países mais afectados, com relatos de milhões de randes em prejuízos para os produtores que tem o nosso país como mercado, bem como a indústria mineira, com destaque para a do ferro crómio e empresas transportadoras, que diariamente perdem milhões com a paralisação. A situação tem levado o Governo sul-africano a pressionar a contraparte moçambicana, tendo se colocado até a disposição para escoltar os camiões que já faziam uma fila de cerca de 20 km do lado do país vizinho. Pressionado e a cair no descrédito por permitir que civis interrompam a circulação de veículos, o Executivo de Filipe Nyusi deu ordens, na passada quinta-feira, para uma larga operação relâmpago de várias subunidades da Polícia da República de Moçambique (PRM) que permitiu a abertura da fronteira, mas com um grande saldo de sangue. Mano Shottas, jovem blogueiro, acabou se tornando o principal símbolo da violência policial ao filmar a própria morte, após ser atingido por balas reais, quando registava imagens da operação policial com agentes a atirarem indiscriminadamente gás lacrimogéneo nas casas. No seu funeral, voltou-se a derramar sangue de outros jovens.

Evidências

Eram por volta das 16 horas quando dois autocarros, escoltados por cinco Mahindras, chegaram a Ressano Garcia naquela quinta-feira e logo exigiram a desobstrução da via para permitir a passagem de camiões que estavam bloqueados. Passava um dia depois do fim da famosa fase 4x4, mas um autocarro e alguns camiões continuavam a bloquear a passagem, não permitindo o trânsito de Ressano para a Cidade de Maputo e nem de Ressano para África do Sul.

O ultimato não foi atendido pelos manifestantes, que num primeiro momento pensavam tratar-se de um reforço de polícias de guarda de fronteira. Contrariada, a UIR abriu fogo bem à entrada da vila, próximo às bombas de combustível e continuou a perseguição nos bairros onde de forma indiscriminada atirou balas reais e gás lacrimogéneo.

No lugar errado e hora errada estava o jovem Mano Shottas que, com recurso a um celular, foi gravando e denunciando ao vivo os excessos da UIR, coadjuvada pela GOE e polícia de fronteira camuflada, esta última que conhece bem os bairros, o que fez com que a perseguição fosse até nos pontos mais recônditos.

“Estou nem aí se eles (...) eu sou povo, ... estão a atirar gás lacrimogéneo. Naquela casa tem crianças”, denunciou o jovem instantes antes de ser baleado mortalmente. Continuava a filmar, quando de repente nota-se uma perturbação na câmara enquanto se ouviam tiros no fundo. Instantes depois o jovem confirmava o seu trágico destino.

“Pessoal, não posso mais filmar (...) me balearam. Socorro, socorro. Pessoal, levei tiro, levei tiro pessoal (...) e eles continuam a disparar. Fui



alvejado pessoal (...) fui alvejado. F*d*s, estou a morrer, estou a morrer. Estou a morrer (...) pessoal!”, disse em jeito de últimas palavras Mano Shottas, enquanto estava deitado com o telefone focando na sua cara e a dado momento se direcionava para o céu, como que mostrando o caminho do Shottas. Para além de Mano Shottas naquela noite houve pelo menos seis feridos.

Segundo relato da sua sogra posto a circular num grupo de WhatsApp dos residentes de Ressano Garcia, o jovem perdeu a vida em Moamba, no hospital.

Em jeito de retaliação, os manifestantes, correram e foram incendiar a sede do Posto Administrativo, a casa do Chefe do Posto e de um influente membro do partido Frelimo, já que a sede desta formação política foi reduzida em cinzas há já alguns dias.

Os manifestantes só foram contidos quando já estavam a se dirigir em direção à esquadra onde pretendiam atear fogo com recurso a cocktails molotov e pneus. Tentaram ainda assim incendiar uma agência bancária e os antigos escritórios da migração. Dispersos e sendo perseguidos nas suas casas, os manifestantes se retiraram de combate, mas já pela madrugada, conseguiram incendiar a agência bancária e parte das instalações do Porto Seco de Ressano Garcia, para além de uma casa nocturna, pertencente a um membro da Frelimo.

O dia de sexta-feira iniciou como se nada tivesse acontecido. A fronteira abriu e funcionou normalmente, mas sob tensão constante e com presença policial reforçada. Durante o dia todo o trânsito fluiu o que permitiu dar vazão a longa fila de carros que pretendiam seguir

viagem para os dois sentidos.

O funeral que roubou mais duas almas

A paz reinou em Ressano Garcia até pouco depois do enterro de Mano Shottas, no passado sábado, pois por volta das 15 horas, a vila de Ressano Garcia voltou a transformar-se num verdadeiro cenário de guerra. Enquanto terminavam os discursos no cemitério, alguns jovens decidiram ir incendiar um dos dois camiões que haviam sido usados para barrar a circulação, para dar lugar ao velório no meio da estrada, bem no local onde Shottas foi assassinado.

Em resposta, várias unidades da UIR, GOE e Polícia de Fronteira, abriram fogo real contra os populares que assistiam o funeral. Nesse processo nem a memória dos mortos foi poupada. bombas de gás lacrimogénio foram lançadas entre as campas, o que levou os populares a deixarem o local em debandada.

Após isso, seguiu-se uma perseguição e uma abordagem agressiva da polícia que resultou em pelo menos dois óbitos e um número não especificado de feridos. Há quem fale de quatro óbitos. Entre as vítimas mortais está o jovem Puco, nativo de Ressano Garcia, e Xadrique Cumaio, natural de Chongoene, que se encontrava naquela vila fronteiriça por causa do emprego.

Refira-se que a situação continua tensa, com forte presença policial, mas a fronteira está aberta e a funcionar ainda que condicionada a forte vigilância, o que permite o escoamento de camiões idos da África do Sul, satisfazendo assim um dos desejos do Governo sul-africano que já estava com os nervos a flor da pele.

Continuação da pag 02

Estado de Sítio abriria espaço para limitação de direitos

A luz da Constituição da República (CR), no artigo 282, estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados, no todo ou em parte do território, nos casos de agressão efectiva ou eminente, de grave ameaça ou de perturbação da ordem constitucional ou de calamidade pública. A

declaração do estado do sítio ou de emergência é fundamentada e específica as liberdades e garantias cujo exercício é suspenso ou limitado.

Adiante, na CR lê-se que a menor gravidade dos pressupostos da declaração determina a opção pelo estado de emergência, devendo, em todo

o caso, respeitar-se o princípio da proporcionalidade e limitar-se, nomeadamente, quanto à extensão dos meios utilizados e quanto à duração, ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.

No decurso de Estado de Emergência, que não deve ex-

ceder os trinta dias prorrogáveis por três vezes, pode “podem ser tomadas as seguintes medidas restritivas da liberdade das pessoas:

a) obrigação de permanência em local determinado; b) detenção; c) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes

comuns; d) restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão. e) busca e apreensão em domicílio; f) suspensão de liberdade de reunião e manifestação; g) requisição de bens e serviços.

Administradora da Cimentos da Beira acede às contas da empresa com BR falso

A administradora da Cimentos da Beira, nomeada pelo Tribunal Judicial da Província de Sofala, no âmbito de um processo de insolvência, de acordo com o País, está a usar um Boletim da República falso para ter acesso às contas bancárias da empresa. Por sua vez, o Serviço Nacional de Investigação Criminal confirmou a falsidade do documento, sendo que o caso já está a ser investigado.



Quarta etapa bate recorde de sangue inocente derramado

90 pessoas morreram apenas nas quatro fases da quarta etapa

Já são 130 almas no total ceifadas nas manifestações

Desde o arranque da quarta etapa das manifestações convocadas por Venâncio Mondlane, candidato presidencial apoiado pelo Partido Podemos, o país registrou 90 mortes, batendo o recorde de vítimas fatais entre todas as etapas dos protestos que ocorrem em Moçambique desde 21 de Outubro. Segundo o relatório da Plataforma DECIDE, o total de mortes já chega a 130, além de 3636 detenções, 216 baleamentos e mais de 2000 feridos.

Jossias Sixpence – Beira

As manifestações, que começaram como protestos contra os resultados das eleições gerais de 9 de Outubro, se intensificaram após o anúncio da vitória de Daniel Chapo, da Frelimo, com 70,67% dos votos, resultado que Mondlane e o partido Podemos recusam reconhecer. O clima de revolta popular tem se espalhado por bairros de Maputo cidade e Província, Nampula e outras cidades, com denúncias de assassinatos, sequestros e repressão policial.

Os casos de assassinatos não param de subir. Até esta segunda-feira, a Plataforma DECIDE havia contabilizado 130 óbitos, dos quais 90 ocorreram nas primeiras quatro fases desta primeira etapa. Na primeira etapa, o saldo de mortes foi de 16 pessoas; na segunda 13 casos e a terceira 11. Até o momento ninguém foi responsabilizado pelos assassinatos.

A Plataforma DECIDE também reportou o desaparecimento de cinco moçambica-



nos durante as manifestações, a maioria deles sequestrados por desconhecidos. Esses episódios, somados à repressão violenta, têm contribuído para intensificar as manifestações e alimentar a tensão entre os cidadãos.

Entre os casos destacados no relatório da Plataforma DECIDE consta o sequestro de um membro do PODEMOS no distrito de Marríngue, província de Sofala, no dia 11 de

Dezembro, e o rapto de um moto-taxista em Tophito-Larde, Nampula, dois dias depois. Esses episódios têm aumentado a revolta nas comunidades que, segundo o relatório, enfrentam uma escalada de violência e repressão em várias regiões.

Para Roménio de Sousa, académico e activista social, a repressão às manifestações configura uma grave violação de direitos constitucionalmente

consagrados, como o direito à manifestação.

"Tivemos direitos constitucionalmente consagrados violados. As manifestações têm sido manchadas por actos que incluem mortes de cidadãos, manifestantes e não manifestantes, e até agentes da polícia. Isso é condenável", afirmou Sousa.

Ele também apelou à Procuradoria-Geral da República (PGR) para que tomem medidas urgentes no esclarecimento dos incidentes e responsabilização dos autores materiais e morais dessas violações", disse o analista.

Com os protestos ainda activos e relatos de repressão crescente, o cenário político de Moçambique permanece polarizado, exigindo uma resposta rápida das autoridades para evitar a escalada de violência e garantir os direitos fundamentais da população.

Anúncio da vitória da Frelimo e Chapo pode ser o gatilho do "Turbo V8"

Venâncio Mondlane lança gasolina e entrega o fósforo a Lúcia Ribeiro

O candidato presidencial e líder das manifestações, Venâncio Mondlane, decidiu suspender, por enquanto, o arranque da fase chamada "Turbo V8" e decretar quatro dias de luto nacional. A retoma ou não daquela que diz ser a mais pesada fase das manifestações dependerá do que irá acontecer na segunda-feira, 23 de Dezembro, data em que o Conselho Constitucional irá ler o acórdão de validação ou anulação dos resultados. Segundo Mondlane, caberá a presidente deste órgão tomar a decisão se incendeia o país ou promove a paz.

Evidências

Na sua última live, esta segunda-feira, o candidato presidencial Venâncio Mondlane anunciou a suspensão do Turbo V8 e o início na quinta-feira de quatro dias de luto nacional, em que não haverá manifestações de rua, não se vai

perturbar o trânsito. Durante o período, os manifestantes devem se vestir de preto ou de branco conforme a religião.

Todos os dias, enquanto vigorar esta medida, as 13 horas até as 13:15, todos paralisam as actividades para se cantar o

hino nacional e orar por Moçambique e pelas famílias das vítimas. Essas acções decorrem sem tocar apitos. O sábado e domingo serão reservados ao jejum.

Ainda na noite do domingo das 21h às 22h, a orientação é de se usar apitos e vuvuzelas como forma de manifestação. Já na segunda-feira toda actividade deve parar para ouvir o acórdão do Conselho Constitucional. Funcionários da Saúde, ambulâncias, jornalistas e advogados terão permissão de circulação desde que devidamente identificados.

"Estamos a passar o anúncio do Turbo V8 para a se-



gunda-feira, dia 23. Quem vai lançar o Turbo V8? O Turbo V8 será anunciado pelas palavras que vão sair da boca da veneranda professora doctora, juíza presidente, Lúcia Ribeiro. O que ela vai dizer vai per-

mitir que o país avance para a paz ou avance para o caos. Vai determinar se o país vai para a tranquilidade ou para o abismo (...)", disse Venâncio Mondlane, colocando Lúcia Ribeiro entre a espada e a parede.

João Lourenço defende mediação da África do Sul para tensão em Moçambique

O presidente de Angola, João Lourenço, instou, recentemente, o seu homólogo sul-africano, Cyril Ramaphosa, a encontrar uma solução regional para acabar com a crise pós-eleitoral em Moçambique. "Gostaria de vos transmitir o interesse da República de Angola e o meu interesse pessoal em desenvolver com a África do Sul linhas para a procura de soluções para as diversas crises que surgem na nossa região, como a preocupante instabilidade atualmente verificada em Moçambique devido à não aceitação por parte de um partido dos resultados das últimas eleições gerais realizadas naquele país", declarou Lourenço



DESTAQUE

EVIDÊNCIAS

17 DE DEZEMBRO DE 2024

5

Activista social antevê fases agressivas e sangrentas das manifestações

Wilker Dias diz que Nyusi finge procurar soluções enquanto o povo está a ser martirizado

Wilker Dias diz que o Governo deve olhar para os seus erros e procurar soluções para pacificar o país

Numa altura em que se assistem constantes violações dos Direitos Humanos em Moçambique, o activista social (moçambicano) Wilker Dias foi, recentemente, distinguido, em Haia, pelo Reino dos Países Baixos, como um dos dois defensores dos Direitos Humanos mais destacados a nível global. Numa entrevista concedida ao Evidências, Dias, um dos membros fundadores da Plataforma Eleitoral Decide, mostrou-se feliz com a distinção, mas, ao mesmo tempo, não escondeu o seu desagrado pela violação dos Direitos Humanos no contexto pós-eleitoral. Se por um lado, criticou a postura do Chefe de Estado que parece que está afinadamente a procurar soluções para acabar com a onda de instabilidade no país, enquanto as Forças de Defesa e Segurança fuzilam cidadãos indefesos, por outro, antevê que as próximas fases das manifestações serão agressivas e sangrentas, chamando, por isso, atenção para o respeito pelos Direitos Humanos.

Duarte Siteo

Foi através das redes oficiais que Wilker Dias tornou público que foi distinguido como um dos defensores dos direitos humanos a nível global. Corriam apenas alguns dias depois de ter escapado a uma suposta tentativa de envenenamento com recurso a gás arsénico.

"E nesta noite o nome de Moçambique escreve-se nos anais da história dos defensores dos direitos humanos no mundo", lê-se na publicação.

credibilidade ao seu trabalho e encoraja não só a si como os outros activistas a lutarem mais para defender os direitos dos cidadãos, o que vai despertar a comunidade internacional sobre os constantes atropelos no país

"Este prémio é repartido por todos os activistas e defensores dos direitos humanos em Moçambique e que tem feito muito para salvaguardar este lado. Segundo, traz-nos uma responsabilidade acres-



Esta distinção, a segunda em menos de seis meses, serviu de gatilho para um dedo de conversa com o Evidências, na qual o jovem activista social diz que veio conferir mais

cida para que continuemos a lutar e a batalhar por aquele que é um direito fundamental que a plataforma Decide foi envergado que foi por direito a participação política através



da inclusão e outros sistemas de monitoria que nós temos praticamente evidenciado ao longo desses anos e dá-nos esta maior primazia de lutar unificadamente para que o anseio de todos que precisam possam ser resolvidos, falo de assistência para os que estão detidos em contextos eleitorais aos que foram mortos ou até ferido e baleados ao longo desse processo. Isso nos leva a continuar a lutar para que o Governo e a comunidade internacional possam despertar o que vem acontecendo em Moçambique", disse Dias.

Wilker elogiou o trabalho dos defensores dos direitos humanos no país, contudo, entende que existem barreiras na língua na hora de pedir apoios para levar a cabo iniciativas que defendam os direitos nos países lusófonos.

"O nosso trabalho desperta a comunidade internacional. Mas a língua tem sido uma das grandes barreiras para apoios a estas iniciativas ou para que prestem atenção para aquilo que vem acontecendo. Esta distinção de forma automática o mundo vai perceber que

em Moçambique e nos outros países falantes de língua portuguesa que há defensores promissores dos direitos humanos".

Desde o arranque das manifestações em reivindicação da verdade eleitoral, convocadas por Venâncio Mondlane, mais de 100 pessoas foram assassinadas pela Polícia da República de Moçambique. Olhando para as fases que estão à porta, o activista social antevê um cenário catastrófico e pede, por isso, respeito pelos direitos humanos.

"Acredito que as próximas fases das manifestações serão agressivas e sangrentas. É só olharmos para o número de mortos na última fase. Foi um número astronómico que supera todas as outras fases, ou seja, a quarta fase da quarta etapa acabou sendo mais sangrenta do que todas as três fases anteriores. O que se espera lá mais para frente é um cenário catastrófico se a polícia continuar a agir dessa forma. São vários antecedentes que a polícia vai provocando e cada acção tem a sua reacção. Creio que se tivermos manifestações

pacíficas e mais pessoas a morrerem durante estas manifestações as consequências poderão ser catastróficas e faz com que o nosso índice dos direitos humanos tenha uma redução drástica", sublinha.

Wilker antevê cenário catastrófico se o Conselho Constitucional validar vitória da Frelimo

Para Wilker Dias, o povo indefeso está a ser martirizado, enquanto o Alto Magistrado da Nação finge que está a busca de soluções para acabar com a onda de instabilidade, em encontros com partidos políticos, organizações da sociedade civil, jornalistas e confissões religiosas.

"A postura do Presidente da República é lamentável. Isto quando na tentativa da resolução desse problema parece que se busca algumas vozes da sociedade que é "para o inglês ver" do que propriamente para resolver o problema. Aqui é importante que o próprio Executivo tire os tampões dos

Continua na pag 06

Falta de água nas barragens compromete produção de energia

Devido a falta de precipitação reduziu para níveis críticos o armazenamento de água nas barragens nacionais. A situação é descrita como crítica. A Barragem de Cahora Bassa, a maior e mais importante do país, por exemplo, está com um nível extremamente baixo de armazenamento de apenas 26%, uma situação que não se verificava a cerca de 30 anos. “A situação é considerada crítica pela Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e caso prevaleça pode causar uma crise energética no país”.



Baixou de intensidade, mas o alerta continua

Ciclone Chido causa mortos e deixa rastro de destruição no Norte do país

Dados ainda provisórios indicam, pelo menos, 15 mortes e dezenas de infra-estruturas públicas e privadas em consequência da passagem do ciclone Chido nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, no Norte do País. O perigo ainda não passou, apesar do fenómeno ter diminuído de intensidade, passando para tempestade tropical, com ventos menos fortes.

Elísio Nuvunga

Tal como previsto pelos serviços meteorológicos, no último fim de semana, a zona Norte do país foi assolada pelo Ciclone Tropical Chido de categoria 5, caracterizado por ventos fortes e chuvas torrenciais que destruíram várias infra-estruturas públicas e privadas, para além de ceifar a vida de três pessoas.

As províncias de Nampula e Cabo Delgado foram o epicentro da tempestade, tendo sido atingidas com grande intensidade, o que resultou em perda de vidas humanas e destruição parcial ou total de dezenas de casas e outras infra-estruturas, incluindo postes de distribuição de energia eléctrica.

A maior destruição foi registada em Cabo Delgado, especificamente no distrito de Mecufe. Em Pemba mais de 2.800 pessoas foram abrigadas, após verem suas casas desabarem. Em Nampula, os relatos menos animadores vem de Momba, onde há relatos de dezenas de casas com paredes ou telhados desabados.

O balanço preliminar aponta

para 15 óbitos. Segundo a UNICEF, “muitas casas, escolas e instalações de saúde foram parcial ou completamente destruídas”. A agência está a avaliar o impacto e vai distribuir medicamentos, material de purificação de água e outros bens essenciais, afirmou num comunicado.

Esta segunda-feira, a presidente do Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD), Luísa Meque, informou que a intensidade do ciclone já havia diminuído, passando para tempestade tropical. O fenómeno entrou no país como de categoria 5 e teve sua intensidade reduzida para categoria 4.

No entanto, a presidente do INGD alertou que o fenómeno ainda está em andamento em algumas áreas, o que dificulta a avaliação completa dos danos.

Meque também fez um alerta para os riscos residuais do ciclone, como a travessia de rios em áreas afectadas, já que as chuvas fortes podem aumentar o nível das águas e comprometer a segurança das travessias, o que representa um grande risco para



as populações locais.

“Uma vez que os ventos enfraquecem, logo a seguir nós teremos muita chuva, e isso pode causar riscos ao atravessar rios e outras infra-estruturas”, disse a presidente do INGD.

Além disso, Meque destacou a segurança das habitações, principalmente em áreas com construções frágeis, e pediu que as populações evitassem permanecer em casas vulneráveis durante a ocorrência do fenómeno.

De acordo com o INGD são áreas de risco as províncias de Niassa (distritos de Cuamba, Mecanhelas, Mandimba e Metarica), Tete (distritos de Macanga, Mutarara, Doa, Angonia, Tsangano, Moatize, Chiuta, Songo, Marara, Cahora Bassa, Changara, e Cidade de Tete) e por último a província Manica (distritos de Guro, Tambara, Barué, e Maringué). As províncias poderão sofrer chuvas acima de 150 mm/24Hh com trovoadas,

ventos com rajadas até 100 km/h.

Nas províncias de Zambézia (distrito de Gurué Namaroi, Lugela, Milange e Morrumbala) enquanto na província de Sofala serão afectados os distritos de Chemba, Caia e Maringue. As províncias poderão sofrer chuvas acima de 75 mm/24 com trovoadas, ventos fortes com rajadas até 80 km/h.

EDM minimiza danos do Ciclone Tropical Chido

A Electricidade de Moçambique (EDM) viu parte das suas infra-estruturas de distribuição de energia eléctrica a serem destruídas pelo ciclone, causando a interrupção de fornecimento de energia a pelo menos 200 mil clientes no primeiro dia, resultando na redução do número de afectados em cerca de 50%.

Neste momento, a empresa está a trabalhar para minimizar

os danos causados pelo Ciclone Tropical Chido nas províncias de Cabo Delgado e Nampula que igualmente impactou as províncias de Niassa e Zambézia.

“No balanço das actividades de reposição realizadas pelo Comité Operativo da EDM, constatou-se a redução do número de clientes sem corrente eléctrica, que passou de 200.000 clientes anunciados ontem, 15 de Dezembro, para os actuais 110.000 clientes afectados”, informou esta segunda-feira.

De acordo com a entidade, até ao momento, as províncias de Cabo Delgado (Pemba, Mecufe, Metuge, Montepuez, Ancuabe, Chiúre, Quissanga e Ibo), Zambézia (Morrumbela e Dere) e província de Nissa (Maúá, Metarica e Nipepe).

A EDM assegurou que “as equipas técnicas estão no terreno, intervindo na rede para a reposição gradual do sistema. Entretanto as condições atmosféricas e a inacessibilidade de alguns locais têm sido os maiores obstáculos e concorrem para a demora na reposição do fornecimento da corrente eléctrica”.

Não obstante, a Electricidade de Moçambique (EDM) reforça apelo à observância rigorosa de medidas de prevenção e segurança que vão desde evitar proximidade de equipamento eléctrico; tocar cabos eléctricos; não usar equipamentos eléctricos em lugar de humidade e diversos.

Continuação da pag 05

ouvidos, deixe a centralização partidária de lado e olhe para aquilo que está a acontecer e, sobretudo, os erros que são os seus que tem estado a ocorrer. Que se busquem alternativas para a resolução disso. Das alternativas por mais que haja diálogo ainda não verificamos nenhuma consequência directa relevante ou tomada de decisão imediata para resolver este assunto, é algo que se torna um pouco preocupante quando temos o povo a ser martiriza-



do e, por outro lado, o PR fingir sentar com o povo para resolver isso”.

Embora seja prematuro conhecer o desfecho do processo movido por algumas

organizações da sociedade civil contra o Comandante – Geral da Polícia da República de Moçambique, Bernardino Rafael, Dias acredita que o mesmo tem pernas para andar, tendo ainda referido que a decisão do Conselho Constitucional terá implicações.

“Não sabemos qual será o desfecho. Esse é o grande dilema. A PGR já nos convidou para uma audiência e actualmnte estamos num processo de perceber quais são os contextos subsequentes inerentes ao caso. Dependendo

das decisões a serem tomadas pelo CC, podem ter as suas implicações. São três prováveis cenários que são abertos neste preciso momento em que o primeiro pode ser a vitória do partido Frelimo com base naquele que é o edital teria um cenário catastrófico. O segundo cenário é mesmo a reversão dos resultados e basear-se nos dados apresentados nas diversas vertentes. O terceiro seria ouvir as diversas vozes da sociedade para que se pudesse anular as eleições”, disse o jovem activista.

Registro: 011/GABINFO-DEP/2020

**DIRECÇÃO | REDACÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO**

Avenida 24 de Julho; nº 4318; 1º andar
esquerdo; Cidade de Maputo

DIRECTOR:

Nelson Mucandze | 84 6198544 |
mucandze@evidencias.co.mz

EDITOR:

Reginaldo Tchambule | 828683866 |
r.tchambule@evidencias.co.mz

ADMINISTRAÇÃO:

Ângela Fortunato
| admin@evidencias.co.mz
Contacto: +258 840401038 |

COMERCIAL:

| comercial@evidencias.co.mz
Contacto: +258 840401038 |

REDACÇÃO

Email: redacao@evidências.co.mz

JORNALISTAS: Duarte Siteo
e Aldo Matsinhe |

REVISOR: Wells Matsinhe |

EXPANSÃO:

Edmilson Mate Cell: 847574905 |

CORRESPONDENTES: Beira - Jossias
Sixpence | Nampula – Francisco Máquina,
Pemba - Adolfo Manuel

COLUNISTAS EFECTIVOS: Luca Bussotti,
Estevão Chavisso, Felisberto Botão,
Alexandre Chiúre, Teodósio Camilo

Propriedade de:



Lúrio Comunicação Lda

Numero de Registro de Entidade
Legais: 101353478

Entre recontagem ou anulação... seguem arranjos

Todos estão à procura de uma saída para crise pós-eleitoral. Uma saída amistosa que garanta estabilidade para as partes beligerantes, que com ferro e fogo arrastam o Estado e as massas para as suas lutas, esticando os argumentos – que de fraude eleitoral evoluíram para todo o desgoverno da Frelimo - até que todos se identifiquem e se ergam para lutar sem questionar os meios.

No dia 23 de Dezembro é esperado que o Conselho Constitucional anuncie os resultados. Não haverá milagres. Tudo indica que a fraude está lá camuflada nos seus indícios. Um apenas deverá ser o vencedor, mas dois estão dispostos a provar que são legítimos vencedores sem olhar para os instrumentos de legitimidade. Um a provar a vitória através de números não consensuais e outro a mostrar as evidências da fraude do que provas sólidas da sua vitória. Ambas são vitórias por interpretação e dos ânimos de cada um.

Nada é coerente. As saídas sólidas não interessam nem ao PODEMOS e Venâncio Mondlane, nem a Frelimo/ Governo, se estes não poderem tirar o benefício delas. É o que tende a ficar mais evidente. Enquanto isso, o Conselho Constitucional vem definindo o seu roteiro que passa pelo cruzamento dos editais, um processo nada credível e que podia ser contornado pela recontagem, uma saída que é confortável para o PODEMOS, mas não sem porém. É que os kits em que supostamente estão depositadas as urnas das mais de 25 mil mesas estão a guarda dos mesmos órgãos eleitorais suspeitos de martelamento dos números. Mas mais grave do que isso, é que as eleições foram tão desorganizadas que os STAEs distritais não conseguiram garantir a segurança e inviolabilidade das urnas. Todos nós vimos e muitos devem estar lembrados de kits com urnas abandonados, sem nenhuma segurança nas escolas e outros locais pelos MMVs que exigiam pagamento de subsídios. São estes votos nas urnas que vão ser recontados? Quem nos garante que ainda continuam totalmente íntegros?

O curioso é que ninguém fala de anulação, os seus custos e vantagens/ desvantagens e como esta poderia restaurar o equilíbrio do voto – eleitor que se perdeu nesta eleição. Anular-se, formar novos órgãos eleitorais sem qualquer proveniência política devia constar na mesa.

Cogitar a saída da crise sem equacionar a anulação equivale assumir em absoluto que o importante são os arranjos que tragam a vitória sem olhar para a raiz do problema. Não se pode assumir legitimamente eleito um político que é produto de uma eleição fraudulenta não interessando se a mesma eleição beneficia a si ou ao outro, da mesma forma que não se deve assumir que a evidência de fraude é sinónima de evidência da vitória sobre aquele contra quem foi feita a fraude. Não estaremos a pensar no país a longo prazo se nos limitarmos nas saídas que são favoráveis a uma das partes sem olhar para legitimidade destes. É preciso que se lembre que é a legitimidade que confere confiança na relação entre o representante público e o representado. E, acima de tudo, que a crise pós-eleitoral é consequência dessa ausência de legitimidade dos representantes que ascendem ao poder por meios não ortodoxos, seja através da violência ou através de fraude. Sem legitimidade, não há confiança.

Assumir anulação das eleições como possível saída não significa necessariamente anula-las, mas reconhecer que delas, pela dimensão da fraude, torna-se difícil medir o nível de expressão/aceitação de cada um. Quando se ignora por completo uma possível saída nestes molde se está assumir que, afinal, os arranjos são aceitáveis, mas nos casos em que beneficiem este e não aquele. É a partir deste pensamento que perpetuamos o retrocesso. Manchamos uma luta que devia propor uma saída plena sem olhar para aquela saída proposta em 1992 para se sair da guerra civil, que afinal, apesar do legado de multipartidarismo, dividiu o país entre Renamo e Frelimo e esqueceu que Moçambique está além dos políticos e seus arranjos. É um país que estará sempre presente!

Taxa de registo de nascimento para menores de cinco anos regista queda acentuada

A taxa de registo de nascimento para menores de cinco anos de idade regista uma queda acentuada nos últimos anos em Moçambique, de 49 por cento no censo de 2017 para 32 por cento em 2024, revela o Inquérito Demográfico de Saúde (DHS) 2024. A conclusão está vertida no relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), intitulado “The Right Start in Life: Global levels and trends in birth registration, 2024 update”, lançado no 78.º aniversário do organismo, e é a mais recente actualização sobre o número de crianças registadas desde 2019, quando os níveis globais se situavam em 75 por cento.



Processos contra funcionários não param de aumentar

Governo de Nyusi perdeu batalha contra a corrupção

Só no corrente ano, a GCCC recebeu 125 casos envolvendo funcionários públicos

Novo PGR quer envolvimento de jovens para reduzir casos de corrupção

Desde que chegou à Ponta Vermelha, tanto no primeiro, como no segundo ciclo de governação, Filipe Nyusi prometeu aos moçambicanos que ia travar uma batalha cerrada contra a corrupção. Contudo, quando caminha a passos largos de terminar o seu segundo e último ciclo de governação, parece que o seu Executivo perdeu a batalha, visto que a corrupção continua generalizada nos mais altos níveis do Governo. Dados revelados, recentemente, pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) apontam que processos contra funcionários públicos que se envolveram em actos de corrupção não param de aumentar, de tal sorte que só no ano prestes a findar foram registados 125 casos.

Duarte Siteo

Combater a corrupção foi um dos cavalos de batalha de Filipe Nyusi, mas parece que tudo não passou de chavões políticas que não tiveram nenhum respaldo na realidade. É que, nos últimos 10 anos, este fenómeno desviou avultadas somas de dinheiro das contas do Estado, sendo que no grosso dos casos há envolvimento dos Funcionários e Agentes de Estado.

Naquele que foi o seu penúltimo Informe Anual, em Dezembro de 2023, o Presidente da República voltou a hastear a bandeira da luta contra a corrupção, frisando que o seu Governo não vai vacilar na luta contra este fenómeno que ano-após-ano lesa o Executivo.

“Não vacilaremos na luta contra a corrupção, a imigração ile-

gal, os crimes ilegais e sequestros, o tráfico de drogas e de produtos florestais e faunísticos, desmantelando operações desta natureza e crime”, declarou o Chefe de Estado.

No entanto, parece que as promessas daquele que se autointitulou “Empregado do Povo” não tiveram eco nos funcionários públicos, uma vez que os processos contra funcionários públicos que se envolveram em actos de corrupção não param de aumentar.

Nos últimos 10 anos, em termos práticos, a luta contra a corrupção só incidiu sobre peixe miúdo, os altos quadros do Governo e, sobretudo, do partido Frelimo que se envolveram em actos de corrupção continuam impunes, uma vez que o grosso dos envolvidos aguarda por



sentenças há mais de seis anos e outros em liberdade sob caução após exceder o período de detenção preventiva.

Lino de Almeida, Setina Titosse, David Simango, Helena Tai-po, Amélia Sumbana e Bernardo Chirinda são alguns exemplos de altas figuras do partido no poder que foram julgadas e até condenadas, pelo aparente envolvimento em corrupção, mas continuam a circular livremente depois de terem lesado o Estado em milhões de meticais. Alguns até acabaram morrendo sem a realização de justiça.

Ao que tudo indica esta sensação de impunidade está a contribuir para encorajar outros servidores públicos a continuarem a desviar fundos públicos, a contar pela tendência crescente de casos que chegaram ao crivo da justiça.

Maior número de processos envolve funcionários públicos

De acordo com Romualdo Jhonam, porta-voz do Gabinete Central de Combate à Corrupção, só neste ano a instituição recebeu 125 casos e ao todo estão a ser tramitados 1 734 processos-crime de vários tipos de corrupção.

“A nível dos gabinetes de combate à corrupção, as Procuradorias da República registaram 1 093 processos entrados que, adicionados aos 641 transitados do período anterior, totalizaram 1 734 processos. Destes processos, já findaram 743 processos, dos quais 551 por acusação e 192 por arquivamento ou outros motivos”, declarou Romualdo Jhonam para depois referir que o maior número de processos envolve funcionários públicos.

“A corrupção passiva para o acto ilícito foi a que registou maior número, com 125 processos. A corrupção activa, com 56 processos. O peculato, com 155 processos. O abuso de cargo ou função, com 49 processos”, sublinhou.

O recém-empossado Procurador – Geral da República, Américo Letela, defendeu, por seu turno, o envolvimento de todas as esferas da sociedade para tirar Moçambique da lista dos países mais corruptos do mundo.

“Estes jovens possuem a energia, a criatividade e a determinação para actuar como agentes de mudança, com o dever de construir uma sociedade mais íntegra. Além disso, os jovens vivem numa era marcada por ferramentas tecnológicas poderosas, como as redes sociais e o acesso à informação, que amplificam as suas vozes e a sua capacidade de mobilização. Em Moçambique, onde a juventude representa a maior percentagem da população, o envolvimento dos jovens é fundamental, pois são susceptíveis à prática de crimes, incluindo a corrupção. A juventude de hoje, mais conectada e informada do que nunca, tem a obrigação de contribuir na criação de lideranças mais transparentes e responsáveis” disse o recém-empossado Procurador-geral da República, Américo Letela.

Exigido profissionalismo aos funcionários do INSS na comunicação com o público

O director de administração e finanças (DAF), no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Jaime Custódio Nhavene, exortou, há dias, na localidade da Ponta de Ouro, distrito de Matutuine, província de Maputo, aos funcionários da instituição no sentido de enveredarem pelo profissionalismo, ética e deontologia no processo de comunicação interna e externa, tratando-se de uma ferramenta importante que contribui para o aprimoramento das boas práticas e na reputação institucional.

Discursando na cerimónia de abertura de formação em comunicação assertiva, em

representação da direcção-geral do INSS, Nhavene destacou que a ausência de

comunicação assertiva pode proporcionar mal-entendidos, tensões e conflitos desnecessários no ambiente de trabalho, daí a necessidade de os funcionários expressarem as suas ideias e opiniões de maneira clara e respeitosa.

“A presente acção formativa em comunicação assertiva, é um momento de convivência profissional e uma oportunidade valiosa para uma experiência de transformação, onde cada um de vós possa tomar consciência

e reflectir a importância da comunicação assertiva, porque só assim, certamente, se proporcionará aos utentes dos serviços do INSS mais satisfação e melhorias nas habilidades de tomada de decisão”, disse.

Numa outra abordagem, Luís Loforte, jornalista e escritor, em representação da GI Consultoria e Serviços, sublinhou que as ferramentas de uma comunicação assertiva a ser ministradas, poderão contribuir para uma relação

saudável entre Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e os utentes, e não só, mas também para a evolução e fortalecimento de um ambiente de trabalho mais harmonioso e colaborativo ao nível institucional.

Refira-se que o ciclo formativo que arrancou na Ponta D’Ouro, com duração de cinco dias, reúne mais de 60 técnicos provenientes de todas as delegações provinciais do INSS, afectos em diferentes áreas orgânicas.



AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE

CALENDÁRIO FISCAL E ADUANEIRO

DEZEMBRO

Impostos Internos

- Até ao dia 10 – Entrega, nas Direcções de Áreas Fiscais pelos Serviços Públicos, das receitas por elas cobradas, no mês anterior;
- Até ao dia 20 - Pagamento do IRPS e IRPC, retido na fonte relativo ao mês anterior, nos termos do nº 3 do art. 29 do Regulamento do CIRPS, aprovado pelo Decreto nº 8/2008, de 16 de Abril e nº 5 artº 67 do CIRPC, aprovado pela Lei nº 34/2007, de 31 de Dezembro;
- Até ao último dia do mês - Pagamento do IVA relativo ao mês anterior, pelos sujeitos passivos do regime normal, nº 1 art.32 do CIVA, aprovado pela Lei 32/2007, de 31 de Dezembro;

Impostos sobre o Comércio Externo

- Até ao dia 10 - Liquidação do ICE pelo produtor ou detentor, através do Modelo N.º 5 RICE, em anexo, com base nas Introduções no Consumo verificadas no mês anterior, a apresentar junto dos serviços das Alfândegas, nos termos do nº 2, do artº 18 do Regulamento do ICE, aprovado pelo Decreto n.º 36/2023, de 27 de Junho;
- Até ao dia 15 - Pagamento do ICE liquidado nos termos do n.º 2 do artigo 18 do Regulamento do ICE, nos Serviços das Alfândegas;

Observação

Para uma maior comodidade no cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras, o contribuinte poderá fazer o uso dos mecanismos electrónicos de pagamento de impostos tais como o e-Tributação, e-Declaração, Portal do Contribuinte e Janela Única Electrónica (JUE), disponíveis em www.at.gov.mz

Para mais informações contacte a Autoridade Tributária pelo +258 84 813 7771 / 84 398 9406

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) propôs, na última semana, a introdução do voto electrónico para evitar longo tempo de espera para a divulgação dos resultados bem como para a tomada de posse e, por outro lado, facilitar o próprio trabalho do Conselho Constitucional (CC). A mandataria do MDM referiu ainda que, para alcance desse desiderato é imperiosa maior actuação do legislador.



Com endosso da ANJE e outras associações empresariais

Lineu Candieiro avança com candidatura à presidência da CTA

O jovem empresário e filantropo, Lineu Candieiro, foi confirmado, esta segunda-feira, candidato à presidência da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA). Lineu, proprietário do Grupo Lin, é suportado pela Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) que se encarregou de anunciar, em Assembleia Extraordinária, em Maputo, a sua escolha de um candidato que é visto como quem vai fortalecer a representação do sector privado, defendendo os interesses empresariais e impulsionando a atração de investimentos nacionais e estrangeiros.

Evidências

Segundo a ANJE, Lineu Candieiro, que é por sinal, presidente da ANJE, possui uma trajectória sólida no mundo empresarial e reúne competências necessárias para dinamizar o sector privado moçambicano. Sua candidatura surge em um momento crucial para a economia do país, exigindo maior articulação entre os agentes económicos e políticas mais robustas para apoiar o ambiente de negócios.

“Esta candidatura representa mais do que uma escolha. Ela é o testemunho da confiança que depositamos na capacidade de Lineu Candieiro para defender os interesses do sector privado moçambicano e para promover o diálogo necessário entre os empresários, o governo e a sociedade civil. A sua liderança será fundamental para criar um ambien-

te propício ao investimento, à inovação e ao desenvolvimento sustentável que Moçambique tanto precisa”, destacou Ussene Indobe, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, lembrando que sob liderança de Candieiro a Associação Nacional de Jovens Empresários sempre foi um espaço de inovação, dinamismo e compromisso com o progresso económico do nosso país.

Indobe destacou ainda que Candieiro não é apenas um membro ilustre da associação, mas também um símbolo de dedicação, competência e visão estratégica. Aliás, destacou que o seu percurso profissional, empresarial e associativo reflecte um líder capaz de unir, inspirar e mobilizar os mais diversos sectores económicos do nosso país.

“Nascemos para dar voz às



novas gerações de empreendedores e para construir uma economia mais competitiva, resiliente e inclusiva. A missão que nos guia é a de influenciar positivamente o futuro, colocando a juventude empresarial no centro das grandes decisões. É neste espírito de liderança e comprometimento que, após um processo demo-

crático e transparente, deliberámos a indicação do nosso colega e Presidente da ANJE, Lineu Candieiro, como candidato presidencial da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA).

Num breve discurso na ocasião, Candieiro defendeu que é tempo de fortalecer a competitividade das empresas

moçambicanas, atrair mais investimentos e criar soluções sustentáveis para o desenvolvimento económico.

A CTA, principal plataforma de diálogo entre o sector privado e o Governo, desempenha um papel estratégico na promoção do crescimento económico e na defesa das empresas nacionais.

Salomão Muchanga participa do primeiro aniversário do partido Umkhonto WeSizwe

O presidente da Nova Democracia (ND), Salomão Muchanga, participou neste fim-de semana, na vizinha África do Sul, Durban, na celebração do primeiro aniversário do partido Umkhonto WeSizwe (MK) ao convite do antigo governante Jacob Zuma. Para além de Muchanga, Venâncio Mondlane era outra personalidade política nacional convocada.

Evidências

Após participar do evento, Muchanga não escondeu tamanha emoção: “é uma honra enorme para mim porque isso prova que somos partidos irmãos, solidários que querem mudança na região”.

Muchanga aproveitou a oportunidade para expressar

sua admiração pelo antigo governante sul-africano.

“Tenho uma admiração enorme pelo Jacob Zuma, é um político fora de sério, com carisma incomparável na região. Não há neste momento na região austral um político da dimensão do Jacob

Zuma”, disse Muchanga, que esteve presente no enorme Estádio completamente cheio e no jantar de gala, como um dos convidados VIP.

Para finalizar, o presidente da Nova Democracia diz que o convite foi sem sombras de dúvidas um elemento catalisador para “cimentar alianças políticas” e disse estar muito feliz porque Zuma conseguiu encher um estádio de futebol em um ano de existência do seu partido o que “não é para qualquer um”.

Para além do líder da Nova Democracia, Jacob Zuma



havia também convocado o candidato presidencial suportado pelo partido PO-DEMOS, Venâncio Mondlane,

que está na parte incerta, mas este não se fez presente e nem se pronunciou publicamente a respeito.

Conselho de Estado propõe reformas profundas do Estado e revisão da Lei eleitoral

O Conselho de Estado, reunido semana finda, considerou que a crise pós-eleitoral desafia o Estado moçambicano a levar a cabo reformas profundas como forma de evitar que, no futuro, tais actos voltem a suceder. Igualmente propôs uma revisão atempada e inclusiva da lei eleitoral, devendo incidir sobre questões tais como a despartidarização e profissionalização dos órgãos de gestão eleitoral, bem como a adopção de medidas conducentes à promoção de transparência e credibilização dos processos eleitorais.



POLÍTICA

EVIDÊNCIAS

17 DE DEZEMBRO DE 2024

11

Mandou ofício a PGR para saber se é procurado ou não

Venâncio Mondlane dá sinais de querer morder a isca

Tribunal Supremo disse que não tem qualquer processo ou mandato de captura contra VM7

Na semana finda, o presidente do Tribunal Supremo veio a público para informar que se, eventualmente, Venâncio Mondlane regressasse hoje ao país, iria livremente para a sua casa, porque não existe em tribunal nacional qualquer acção judicial contra o candidato presidencial apoiado pelo PODEMOS. No entanto, reconheceu que existem processos em instrução na Procuradoria-Geral da República que ainda não chegaram aos tribunais. Como quem pode estar perto de morder a isca, Venâncio Mondlane solicitou, no passado dia 13 de Dezembro, num documento com o selo URGENTÍSSIMO, esclarecimentos e informação documentada à PGR sobre os crimes que lhe são imputados e o mandato de busca e captura.

Evidências

Desde o passado dia 24 Outubro, Venâncio Mondlane se encontra em parte incerta temendo pela sua segurança. Durante esse período, tem liderado manifestações populares largamente aderidas em todo o

ses processos deu entrada nos tribunais nacionais e não existe nenhuma ordem de prisão contra Venâncio Mondlane, pelo que este continua um cidadão livre.

“Há processos em instrução, mas não estão nos tribunais. Que fique claro. Eu sou o presidente do Tribunal Supremos de Moçambique. E, nos tribunais moçambicanos não existe nenhuma ordem de prisão contra o Eng^o. Venâncio Mondlane. Isso significa que, se ele chega hoje a Moçambique, naturalmente que, não existindo uma ordem de captura, ele é um cidadão livre. E, fora de flagrante delito, nos termos da lei vigente, a ordem de prisão só pode ser dada por um tribunal. Neste momento posso garantir-vos que esta ordem não existe”, explicou.

Ciente de que o convite para retornar ao país pode ser uma armadilha, Venâncio Mondlane, por intermédio da sua mandatária, Judite Mahocha Simão, ex-juíza expulsa da Magistratura após suspeita de complô para favorecer um dos lados no julgamento do caso Milhulamente, desafiou a PGR a apresentar provas documentais de que não existe nenhum mandato de prisão contra ele, numa altura em que já se tornou público que sobre ele pesam vários processos-crime, incluindo uma indemnização ao Estado de mais de 100 milhões de meticais, bloqueio das suas contas móveis e bancárias.

Refira-se que, recentemente, a Polícia da República de Moçambique informou que abriu um processo-crime contra Ve-

Há processos em instrução, mas não estão nos tribunais. Que fique claro. Eu sou o presidente do Tribunal Supremos de Moçambique. E, nos tribunais Moçambicanos, não existe nenhuma ordem de prisão contra o Eng^o. Venâncio Mondlane. Isso significa que se ele chega hoje a Moçambique, naturalmente que não existindo uma ordem de captura, ele é um cidadão livre. E, fora de flagrante delito, nos termos da lei vigente, a ordem de prisão só pode dada por um tribunal. Neste momento posso garantir-vos que esta ordem não existe.

país, resvalando por vezes em violência e perturbação da ordem, este facto levou a PGR a abrir processos criminais e cíveis actualmente em instrução.

Na tarde desta quinta-feira, falando à imprensa, o presidente do Tribunal Supremo disse, no entanto, que nenhum des-



nâncio Mondlane e o partido PODEMOS. Acto contínuo, o Ministério Público informou

também ter aberto vários processos crimes e cíveis, exigindo responsabilização criminal

e indemnização ao Estado pelos danos causados pelos manifestantes.

PUBLICIDADE

Água da Namaacha
água mineral natural - spring mineral water

1,5L

500 ml

A ESSÊNCIA DA VIDA
MADE BY MONTES LIBOMBOS

Congregações religiosas juntam-se em corrente de orações pela paz no país

Fieis de diferentes congregações religiosas juntaram-se, a partir do domingo, 15 de Dezembro, em uma corrente de orações pela paz no país, diante da onda de manifestações que se assistem nos últimos dias. Trata-se de uma iniciativa da Igreja Católica, através da Conferência Episcopal de Moçambique, que visa invocar a divindade para o fim das manifestações, dentro de um quadro de soluções pacíficas. Dom Osório apela neste contexto, aos moçambicanos a cultivarem a cultura da paz perante os desafios actuais



Isaura Nyusi critica presença de crianças e em resposta lhe mandam "educar" Florindo

Na maior das intenções, a primeira dama da República disse, semana finda, que o envolvimento de crianças nas manifestações violentas revela a degradação dos valores morais na nossa sociedade e exortou os pais e encarregados de educação para controlarem as crianças. Mas o apelo não caiu bem na opinião pública. Nas redes sociais, os internautas instaram a esposa do Presidente da República, a ir educar e controlar o seu filho, Florindo Nyusi, conhecido pela sua vida badalada, antes de vir dar lições de moral a outros pais.



Mais de 50% dos casos de cancro da próstata são diagnosticados em estágios avançados

Homens continuam a fugir do rastreio por medo de toque no ânus

Psicólogo defende que homens devem ser educados desde a mocidade sobre o cancro de próstata

O cancro de próstata é uma das doenças mais comuns entre os homens e, ao mesmo tempo, uma das mais silenciosas e carregadas de estigma. Em Moçambique, as estatísticas mostram um quadro preocupante, sendo que 70% dos casos são diagnosticados em estágios avançados, por sinal quando as opções de tratamento já são limitadas. A doença, que é a segunda maior causa de morte por câncer entre os homens no mundo, tem como principal inimigo a falta de informação e a resistência cultural aos exames preventivos. Nesta edição, o Evidências traz histórias de luta, dor e superação que revelam não apenas os desafios médicos, mas também os emocionais e culturais enfrentados pelos pacientes.

Luisa Muhambe

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que cancro de próstata representa cerca de 15% de todos os diagnósticos de cancro em homens. Apesar de ser altamente tratável nos estágios iniciais, em Moçambique muitos homens ainda enfrentam dificuldades no diagnóstico precoce devido a estereótipos, desinformação e acesso limitado a serviços de saúde especializados.

com histórico familiar da doença.

Hélio Langa, médico fito terapeuta com vasta experiência, falando recentemente em uma palestra sobre a prevenção do cancro da próstata, alertou para o facto de que, na maioria dos casos, as doenças da próstata são assintomáticas durante anos.

"É possível viver com um problema na próstata por 10 anos sem perceber. 70% das doenças no organismo não têm sinais, e o cancro de próstata é uma delas. Por isso, precisamos fazer exames preventivos regularmente, mesmo sem sentir sintomas. A melhor forma

entanto, enfatiza que esses sinais só aparecem quando a doença já está avançada.

"A próstata inflamada pode comprimir o tubo urinário, causando retenção urinária. Nos casos mais graves, o cancro pode levar à infertilidade e até à impotência sexual. Esses problemas afectam não apenas o corpo, mas também o emocional e os relacionamentos".

Homens continuam a fugir do rastreio por medo de toque no ânus

As histórias de homens diagnosticados com cancro de próstata que contadas a



salvar a sua vida teria que passar por algo tão evasivo.

"Eu nunca me preocupei em fazer exames. Sempre pensei que era saudável, que nada disso ia me atingir. Mas, um dia, percebi que algo estava errado. Eu ia ao banheiro e não conseguia urinar como antes. O fluxo estava fraco, e a sensação de alívio nunca vinha. Minha esposa insistiu muito para eu ir ao médico. Relutei, mas fui. Quando o médico pediu o exame e o toque retal, quase desisti. Eu tinha medo, vergonha. Pensava: 'Isso não é coisa para homem'. Mas, quando os resultados vieram, foi como se o chão tivesse desaparecido: era cancro. Eu me perguntei: 'Por que eu?'. Pensei nos meus filhos, que já tinham suas vidas, mas, principalmente, pensei na minha esposa. E se ela ficasse sozinha? Eu sou o homem da casa, cuidando dela. Quem cuidaria se eu não estivesse aqui?"

A relutância e o preconceito quase lhe custaram a vida e hoje compreende a importância que cuidar de melhor de si. "Fiz o tratamento e hoje levo uma vida normal. Mas aprendi uma lição: o preconceito quase me custou a vida. Todos os homens precisam fazer os exames de rastreio regularmente. Cuidar da saúde não diminui a masculinidade de ninguém. Pelo contrário, é um ato de coragem."

João Dimas, de 57 anos de idade, é outro que quase perdeu a vida por banalizar os sinais de alerta que o seu corpo constantemente lhe dava. "Comecei a sentir dificuldades para urinar. Era como se algo estivesse a bloquear. Mas, em vez de procurar ajuda, decidi esperar. Achei que era só uma dor que ia passar. E assim passaram dois anos. O problema só piorava, mas eu tinha medo. Medo de descobrir que era algo grave. Eu era o sustento da minha família, não podia mostrar fraqueza", contou.

Paulo Massango, psicólogo, aborda com profundidade os efeitos psicológicos do diagnóstico de cancro de próstata, destacando que o impacto emocional e psicológico da doença é frequentemente subestimado. Ele observa que a reacção inicial de muitos pacientes é negação do diagnóstico precoce e tratamento adequado, a taxa de sobrevivência é alta. Entretanto, para isso, é preciso romper o silêncio, superar o medo e deixar de lado os preconceitos e no caso de Dimas, mais uma pequena demora

teria sido fatal.

"Adiei muito minha ida ao médico e quando decidi procurar ajuda já era tarde. O cancro estava lá. Senti que tinha falhado com a minha família. E se eu morresse? Como eles iam sobreviver sem mim? Fiz a cirurgia, e graças a Deus correu tudo bem. Mas não consigo esquecer o medo que senti. Eu quase perdi minha vida por causa de descuido," desabafou.

Psicólogo defende que homens devem ser educados desde a mocidade

Paulo Massango, psicólogo, aborda com profundidade os efeitos psicológicos do diagnóstico de cancro de próstata, destacando que o impacto emocional e psicológico da doença é frequentemente subestimado. Ele observa que a reacção inicial de muitos pacientes é negação do diagnóstico precoce e tratamento adequado, a taxa de sobrevivência é alta. Entretanto, para isso, é preciso romper o silêncio, superar o medo e deixar de lado os preconceitos e no caso de Dimas, mais uma pequena demora

"O primeiro passo é negação, ao contrário de doenças como a malária, o cancro de próstata traz

um estigma que afecta profundamente a identidade do homem. Esse medo, pode afectar o seu estado emocional, o seu estado psicológico e automaticamente esse indivíduo pode estar debilitado fisicamente, o diagnóstico de cancro pode levar a uma perda significativa de qualidade de vida, tanto na área profissional quanto na área familiar, pois ele vai se sentir já sem poder, sem ter a mesma força como o pai de família". Reforça.

Massango também enfatiza a resistência cultural ao diagnóstico e ao tratamento. Para ele, "os homens frequentemente associam o exame de toque retal à perda de masculinidade e isso cria uma barreira significativa. Nenhum homem aceita nesse sentido", ele explica, indicando que, devido às expectativas culturais e sociais sobre a masculinidade, o exame se torna visto como algo humilhante, algo que desafia a percepção de ser um homem.

O psicólogo explica ainda que a educação cultural impõe que os homens sejam fortes e não se permitam vulneráveis. "Nós

educamos o homem a ser forte e a ser machista. Essa visão distorcida de masculinidade impede muitos homens de se submeterem ao rastreamento adequado, o que retarda a detecção e o tratamento precoce"

O psicólogo também toca na questão das sequelas psicológicas que surgem após o diagnóstico, especialmente no que diz respeito à impotência sexual. Massango sugere que a perda da capacidade sexual pode afectar directamente a auto-estima do paciente, já que "a masculinidade está no exercício, na

prática de relações sexuais". A impotência pode gerar um impacto emocional devastador, levando o paciente a se sentir "inútil" e "como um indivíduo que não vale dentro da sociedade."

No entanto, Massango não se limita a relatar os desafios. Ele acredita firmemente na psicologia preventiva como uma forma de combater os tabus culturais e ajudar os pacientes a lidarem melhor com o diagnóstico.

"Eu apoio muito a psicologia preventiva e não interventiva, é necessário

trabalhar com as famílias desde cedo, educando-as sobre o cancro e outros problemas de saúde e para que a psicologia tenha um impacto positivo, é necessário que o psicólogo tenha um conhecimento clínico sobre a doença com a qual está lidando. Caso contrário, a intervenção pode ser ineficaz. O psicólogo deve estar unido de informações clínicas sobre essa doença", ele afirma, sugerindo que o profissional precisa entender os aspectos médicos da condição para oferecer um suporte adequado.

De prisão preventiva caucionada

Caso Celina: Marido assassino condenado 23 anos de prisão e multa de 850 mil meticais

O cidadão moçambicano que responde pelo nome de Edson Nhassengo, foi condenado, esta segunda-feira, em Maputo, pelo assassinato hediondo de sua parceira de 33 anos de idade a pena de 23 anos e seis meses de prisão e uma indemnização de 850 mil meticais a família da vítima.

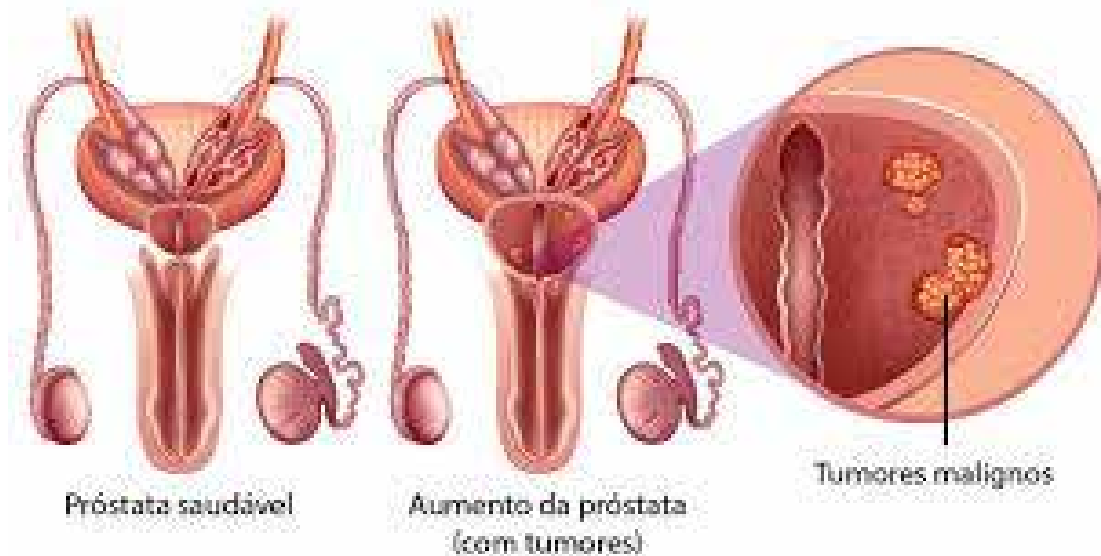


Embora nada devolva Celina Nhambe à vida, a família sente seu coração consolado, e entende que esteve bem o Tribunal, o Ministério Público e a defesa neste caso, que só teve este desfecho graças ao apoio de organizações da sociedade civil como o Observatório das Mulheres, liderado por Quitéria Gueringane que cedo se opuseram aos destino a que o processo tinha sido fadado.

É que, num processo completamente estranho e com requintes de corrupção, dias depois de ter assassinado a sua esposa e posteriormente jogado o seu corpo numa lixeira, um juiz de instrução em Boane, havia o caucionado mediante o pagamento de 100 mil meticais, alegando demência do mesmo. Esta decisão, viria mais

tarde a ser alterada e o agora condenado, novamente conduzido às celas, após intervenção da sociedade civil. Com a sua condenação, a sociedade civil representada por Quitéria Gueringane, disse estar satisfeita e elogiou o carácter pedagógico da sentença do juiz que poder-se-á desencorajar praticas similares.

"Foi uma pena exemplar 23 anos e 06 meses, faltavam 06 meses para atingir a moldura penal maior que é de 24 a 30 anos. Trabalho feito e satisfeito com essa pena, não vai trazer a falecida, mas vai trazer os corações da família que já espera por essa condenação e o tribunal conseguiu de acordo com as provas tomar uma boa decisão", disse o advogado da família da finada.



nuem. Dados do Ministério da Saúde apontam que cerca de 70% dos homens com problemas prostáticos só procuram cuidados médicos quando os sintomas estão avançados. Além disso, globalmente, o cancro de próstata tem maior incidência em homens negros e em pessoas

de tratar é a prevenção", declarou, Langa

Segundo o especialista, o cancro da próstata pode causar sintomas como dificuldade para urinar, jato urinário fraco, necessidade frequente de urinar à noite, dor na parte inferior das costas e, em casos mais avançados, presença de sangue na urina. No

seguir revelam um padrão comum: a demora em buscar ajuda médica, motivada pelo medo do diagnóstico e pelo preconceito associado aos exames.

Armando Matos, de 60 anos de idade, conta que o seu maior medo era o exame de toque no ânus, nunca lhe passou pela cabeça que para

Access Bank reforça presença internacional com aquisição do Bidvest Bank na África do Sul

O Grupo Access Bank acaba de celebrar um acordo vinculativo para a aquisição de 100% do Bidvest Bank, uma proeminente instituição financeira sediada na África do Sul, consolidando a sua posição como um dos principais intervenientes no sector bancário africano. Esta transacção histórica, ainda sujeita às aprovações regulamentares necessárias, representa o compromisso do Access Bank de expandir a sua presença em África e o reforço da sua posição como porta de entrada do continente para os mercados globais.



Pela revista "The Banker": Standard Bank eleito Banco do Ano de 2024

O Standard Bank foi eleito o Banco do Ano de 2024 pela prestigiada revista "The Banker", uma publicação mensal editada em Londres, Inglaterra, que fornece informações e análises sobre o sector financeiro e bancário.

Trata-se de um reconhecimento do impacto do processo de transformação estratégica e de reposicionamento da marca que o banco está a implementar, com vista a preparar-se para o futuro, num mercado cada vez mais competitivo e exigente.

Como parte deste processo, o banco introduziu, em 2023, uma nova estratégia que visa melhorar a experiência do cliente, impulsionar a inovação e aumentar a inclusão financeira.

A estratégia centra-se em cinco pilares fundamentais, nomeadamente canais digitais, canais físicos, empréstimos, cartões e produtos transaccionais.

Para o Administrador-Dele-

gado do Standard Bank, Bernardo Aparício, este prémio valida a estratégia de transformação do banco e reforça o seu compromisso para com os clientes.

"Este prémio de grande prestígio valida a dedicação da nossa equipa aos clientes e a coragem para embarcar numa jornada transformadora, oferecendo produtos como o empréstimo instantâneo Qui-QMola (acessível através do NETPlus ou QuiQ - *555#) e o serviço de Abertura Remota de Contas, que promovem a inclusão financeira. A nossa campanha de reposicionamento de marca, Dá Sinal e iniciativas culturais estão a remodelar a organização", sublinhou.



Estes produtos e serviços permitem aos novos clientes abrir contas e obter crédito de forma cómoda, através de dispositivos móveis e computa-

dores, acelerando, desta forma, o processo de inclusão financeira em curso no País.

As iniciativas de responsabilidade social, promovi-

das pelo Standard Bank, têm contribuído, igualmente, para a construção de uma relação mais estreita e satisfatória com os clientes.

DStv e GOtv Moçambique lançam novo canal infantil

A MultiChoice Moçambique, através das plataformas DStv e GOtv, lançou, semana finda, um novo canal de conteúdos infantis denominado Panda Kids. A nova aposta é um canal de televisão em português, destinado ao público infantil, entre os seis e os 12 anos, visa entreter e educar os petizes, enriquecendo seus conhecimentos através do estímulo de atitudes favoráveis e comportamentos evidentes.

As novas temporadas de Boss Baby, Beiblade X, Pokémon: Horizontes T1, Inazuma Eleven Orion, Dragon Ball Z – Devolvam o Goham e Planeta Willy são os conteúdos atractivos deste canal que está disponível, na DStv, a partir do pacote DStv Grande (posição 646) e, na GOtv, a partir do pacote GOtv Max (posição 88).

"O lançamento deste canal reforça o nosso compromisso de promover o edutretenimento. Já está comprovado cientificamente que, através do entretenimento educativo, as crianças assimilam não apenas o próprio comportamento, mas também por meio da observação e modelagem de hábitos e costumes", disse Jónia Presado, directora de Comunicação, Marketing e Relações-Públicas da MultiChoice Moçambique.



Jornadas de limpeza melhoram vias e aliviam pressão da água na Cidade da Matola

A Cidade da Matola tem sido um dos locais do país que mais se ressentem com as enchentes das águas das chuvas, tornando as vias intransitáveis e casas alagadas. Para minimizar a situação, que multiplica mosquitos e causa doenças, residentes do bairro Nkobe realizam jornadas de limpeza.

A última actividade de limpeza ocorrida no bairro concentrou-se numa zona conhecida como "Bairro Novo", no quarteirão 21. A iniciativa integrou-se na Semana de Acções Filantrópicas promovida pela Fundação Micaia, que, no contexto da celebração do Dia Internacional do Voluntariado (5 de dezembro), visa destacar o impacto positivo do voluntariado nas comunidades e dar visibilidade a diversas acções filantrópicas realizadas por indivíduos e organizações.

Uma dessas organizações é a Associação Comunidade em Acção (CVA), que, para além de realizar jornadas de

limpeza, dedica-se à segurança alimentar, construção de infra-estruturas, saúde e meio ambiente.

Depois da preparação das valas de drenagem, explica João, a água tem como circular e, para além disso, o próprio capim não cresce com muita rapidez.

"Quando o capim cresce, os malfeitores aproveitam para se esconder e em algum momento há necessidade de se fazer a limpeza para evitar isso", acrescenta Atanásio João, presidente da CVA, frisando que estas actividades acompanham sessões de palestras para a preservação do meio ambiente.

Governo adopta medidas de mitigação para enfrentar desafios económicos e sociais

O Ministro dos Transportes e Comunicação, Mateus Magala, anunciou que o Governo vai adoptar diversas medidas para mitigar os efeitos da actual conjuntura económica provocada pelas manifestações pós-eleitorais. Estas informações foram partilhadas no XVII Economic Briefing entre o governo e o sector privado, que tinha como objectivo a apresentação do económico no terceiro trimestre de 2024.



Com vendas estimadas em 52,5 milhões de dólares

Exportações de legumes e hortícolas dispararam 71% em seis meses

Dados tornados públicos, recentemente, pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), contidos num relatório compilado pelo Banco de Moçambique, apontam que as exportações de legumes e hortícolas dispararam quase 71% no primeiro semestre do ano prestes a findar.

Evidências

Para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural este aumento exponencial do volume das exportações deriva da melhoria das condições climáticas, em comparação com igual período do ano passado.

“As vendas destes produtos incrementaram em 70,8%, ascendendo a 52,5 milhões de dólares como resultado da retoma à normalidade do processo de produção e escoamento dessas culturas, após os efeitos das condições climáticas desfavoráveis que assolaram o país em 2023”, lê-se no documento, do Banco

de Moçambique.

Em Novembro do ano em curso, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, avançou que as perspectivas para a campanha agrícola são boas, antevendo um crescimento na ordem de 5%.

“É muito importante termos paz social, porque a paz social permite-nos produzir, permite que cada família que tem a sua atividade possa desenvolver e ter o seu rendimento não afetado. Então, entre todas as condições, para além daquelas do clima, financiamento, condições de



trabalho, a paz social é essencial para que a gente possa ter uma campanha tranquila no próximo ano”, afirmou.

Para Correia, o calendário agrícola tem sido afectado por alterações climáticas, contudo, apontou que a expectativa é que na próxima campanha o país tenha um bom clima com vista a ter um impacto positivo na produção”.

O super – ministro reco-

nhece que o mercado de consumo na Zona Sul ainda está dependente da África do Sul, por isso, advertiu a necessidade de melhorar a competitividade do país no sector.

“Para podermos competir, é preciso controlar um pouco melhor as fronteiras, porque temos também muito contrabando, que às vezes entra e torna a competição injusta, e nós temos que ajudar os

produtores a melhorarem a qualidade. O mercado também determina este exercício, mas é um trabalho gradual”, explicou.

Indo mais longe, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural defendeu a necessidade de apostar em desequilíbrios no sector dos legumes e hortícolas.

“Estamos a acompanhar e a registar mudanças graduais, não são aquelas que nós gostaríamos, nós gostaríamos de ter independência total, mas há avanços significativos que mostram que começamos a ter empreendedores agrícolas mais arrojados que vão buscar tecnologias mais avançadas. Temos muitos jovens, particularmente na cintura de Maputo, nas zonas verdes, a implementar novas tecnologias a entrarem no mercado com agressividade”, sublinha.

Empresa produzia receitas acima de 100 milhões de dólares por ano

Syrah declara força maior e suspende operações na mina de grafite em Cabo Delgado

Mais uma multinacional evoca força maior para suspender as suas operações na província de Cabo Delgado. Ao contrário da TotalEnergies, que suspendeu as suas actividades, na sequência do ataque à vila de Palma, em Março de 2021, a Syrah Resources Ltd apoiou-se na crise pós – eleitoral que vieram aumentar o clima de contestação dos nativos que há muito reivindicavam oportunidades de emprego e salários justos, para suspender as operações na sua mina de grafite em Balama, província de Cabo Delgado. Relativamente a decisão da mineradora australiana, o Presidente da República, Filipe Nyusi, pediu a contenção aos residentes do distrito de Balama para que a mineradora retome as suas operações de mineração de grafite.

Duarte Siteo

Na sua versão dos factos, a mineradora australiana, citada pela Bloomberg, alega que as suas ações despencaram até 32% devido a sequência de greves e manifestações que forçaram a paralização das suas operações, o que, de certa forma, pesou para que deixasse de

pagar os empréstimos apoiados pelo governo dos Estados Unidos da América.

Por outro lado, a Syrah Resources Ltd aponta que a crise pós – eleitoral em Moçambique condiciona sobremaneira os compromissos firmados com os credores.

“Os impactos e a duração das ações de protesto desencadearam eventos de inadimplência nos empréstimos da empresa com a United States International Development Finance Corp. e o Departamento de Energia dos EUA”, refere a Syrah.

Segundo a multinacional australiana, o transporte para a mina de Balama, que fornece grafite — um componente importante nas baterias para veículos eléctricos — e a operação de uma fábrica de processamento continuaram interrompidos.

“Os esforços sustentados da empresa para alcançar uma resolução positiva das ações de protesto através de um diálogo legal e construtivo com as autoridades governamentais de Moçambique, líderes comunitários anfitriões e manifestantes, e a procura de vias legais, não

tiveram sucesso até à data”, disse Syrah

Reagindo a decisão da mineradora que celebrou um acordo com a Tesla Inc. para fornecer grafite de sua fábrica em Louisiana, que obtém material de Balama, o Presidente da República, Filipe Nyusi pediu contenção dos ânimos aos residentes do distrito de Balama para que Syrah retomate suas operações naquele ponto pays.

“O meu pedido é não zanguem muito até se divorciar com a empresa que veio para nos ajudar. Não zanguem muito porque a empresa está a me assustar. Não sei se é real a informação de que quer fechar e ir embora porque aqui não está a ganhar dinheiro. Do pouco que ganha estão a pedir mais”, disse Filipe Nyusi.

O Chefe de Estado, que falava durante a cerimónia de

inauguração da delegação distrital do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de Balama, advertiu que o país está a perder muitos postos de trabalho devido às manifestações.

“Nós sabemos que o dinheiro que recebem é pouco, o salário do professor, o enfermeiro, aquele da secretaria é pouco, mas quando todos ao mesmo tempo ficarmos sem trabalho, haverão pessoas que vão procurar vossas galinhas, cabritos nos quintais porque não vão ter o que comer, e vamos ter dificuldades e acusarmo-nos de feiticeiros”, declarou.

Refira-se que a empresa produz actualmente perto de 200 mil toneladas de grafite por ano. Em 2022, por exemplo, produziu cerca de 163 mil toneladas e obteve receitas na ordem de 106,2 milhões de dólares.



O FURACÃO

Alexandre Chiure

Quando o país é governado por manifestantes

Está mais do que evidente, com relação às manifestações, que o Estado moçambicano perdeu, por completo, o controlo da situação. Hoje, quer queiramos, quer não, o país está nas mãos de Venâncio Mondlane.

Aproveitando-se do vazio de poder que se verifica um pouco por todo o país, ele dita ordens, através das suas lives, que são cumpridas integralmente. Para dizer que somos obrigados a dançar a música que os manifestantes querem. Há que reconhecer isso.

Enquanto o Governo, por razões desconhecidas, não cria condições para que haja um diálogo com Venâncio Mondlane, ele que é o rosto das manifestações, preferindo trabalhar, na periferia, com diferentes sectores da sociedade não determinantes para o fim da crise política no país, a economia está a afundar-se a cada dia que passa.

O opositor já mostrou disponibilidade para o diálogo com, o Chefe de Estado. Apresentou uma proposta de agenda contendo 20 pontos. Exigiu que fosse garantida a segurança e de que não será preso quando regressar a Moçambique e até hoje não foi respondido.

Não sei de que é que o governo está à espera para falar com o VM7 e juntos encontrarem uma forma de acomodar as suas exigências e parar com as manifestações. Não sei por que razão o Chefe de Estado prefere perder tempo a dialogar com os outros e não com o Venâncio Mondlane que é a peça-chave da crise política pós-eleitoral.

Será que é preciso que haja mais actos de violência, mortes e destruições de infra-estruturas públicas e privadas pelos manifestantes do que aquilo que já aconteceu (já morreram mais de 100 cidadãos) para o executivo entender que é urgente travar a crise?

Enquanto o governo não toma decisão em relação ao assunto, a situação no terreno está a atingir proporções alarmantes, com a economia quase paralisada. A maior parte das empresas e instituições públicas funciona a meio-gás. Algumas, encerraram

as portas e estão a despedir trabalhadores. Ninguém está a pagar o imposto. O custo de vida está a aumentar. Alguns produtos começam a escassear no mercado e os preços, a subirem.

Dezenas de cidadãos estão a ser mortos pela polícia ao usar balas verdadeiras em confrontos com manifestantes. Corporação que revela fragilidades em termos de instrução e de disponibilidade de meios para lidar com manifestações.

A corporação não dispõe de instrumentos para a autodefesa em caso de arremesso de pedras e de outros objectos contundentes, como escuto e capacetes apropriados. Não tem viaturas para disparar jatos de água. É vergonhoso ver agentes da polícia a recorrerem a pedras para dispersar manifestantes. Onde é que nós estamos?

Hoje, por ordens de Venâncio Mondlane, não se paga portagem. As portagens oficiais foram substituídas por outras, ilegais, que se resumem em pedras, contentores de lixo, troncos de árvores e outras barricadas onde é obrigatório pagar para transitar, sob risco de ver sua viatura a ser vandalizada.

As autoridades têm conhecimento disso, mas nada fazem em defesa do cidadão e para acabar com a anarquia. A insegurança, nas ruas, é total. Infelizmente chegamos ao ponto em que as pessoas já não têm medo de nada, mesmo de armas ou da morte. A presença de carros blindados e de tropas na via pública não assusta a ninguém, o que, no mínimo, é muito perigoso.

A polícia já não tem poder sobre o cidadão. Ninguém lhe respeita. Há quem, quando entende, arreia as calças perante agentes da PRM e mostra-lhes as nádegas, num atentado ao pudor. Alguns polícias passam por outro tipo de humilhações. Às vezes são obrigados, por exemplo, a pôr flores e água em supostas campas, atribuídas a figuras de nomenclatura política do país nos bairros.

Como se isso não bastasse, a PRM é forçada a transportar resíduos sólidos para a lixeira, usando as suas próprias viaturas de patrulha, num autêntico abuso à autoridade, o que é inadmissível.

Na prática, o próprio governo não manda em quase nada. As ordens são dadas por vários comandos autónomos nos bairros e cumpridas pelas populações. Às vezes fica a impressão de que não temos governo dado à anarquia ou desordem que reina no país.

O mais grave de tudo é que o governo, que devia tomar decisões, comporta-se como um mero espectador. Lamenta como o povo e multiplica apelos à sociedade para sustentar a onda de violência no lugar de partir para acções concretas de modo a restabelecer a ordem.

É inconcebível, por exemplo, que a estrada nacional número 1, que liga as regiões sul, centro e norte do país, tenha ficado três dias seguidos bloqueada por populares, em Bobole, Marracuene, causando um caos, sem que nada fosse feito para repor o trânsito.

A polícia e as forças armadas estiveram no local a assistirem tudo a acontecer ao bel-prazer dos manifestantes. A reabertura da estrada ao tráfego, no terceiro dia, não foi por mérito da polícia, mas por livre e espontânea vontade de populares.

É, igualmente, inadmissível, que o Estado a quem cabe a responsabilidade de salvaguardar os direitos e as liberdades dos cidadãos, permita que a Constituição da República seja pontapeada por qualquer que seja a motivação.

É grave que os direitos e as liberdades constitucionais dos cidadãos estejam a ser postas em causa sem que o Estado moçambicano ponha a sua mão dura para desencorajar essa prática. Refiro-me aos direitos à livre circulação de pessoas e bens, à reunião, educação e à profecia de uma religião com a exigência de encerramento de sedes partidárias e de portagens, com o bloqueio de estradas.

Seja qual for o motivo, a Constituição da República deve ser respeitada por todos os moçambicanos. A responsabilidade é acrescida quando se trata de uma pessoa como Venâncio Mondlane que sonha em governar o país. Em nenhum momento a sua estratégia de manifestação deve promover a desobediência à lei.

Curtis Chincuinha

Mandato Único de 7 Anos: Uma Alternativa para Eficiência Governativa em Moçambique

A Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 147.º, consagra que o Presidente da República é eleito por sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico para um mandato de cinco anos, com possibilidade de renovação uma única vez. Este modelo, amplamente utilizado em diversos países, visa assegurar alternância no poder e reforçar a legitimidade democrática. No entanto, é essencial reflectir sobre a eficácia prática deste sistema à luz dos desafios e limitações inerentes ao exercício do poder em contextos como o moçambicano.

A governança moderna exige resultados tangíveis num curto espaço de tempo. Contudo, os ciclos governativos de cinco anos, divididos em dois mandatos, apresentam, em termos práticos, limitações significativas. O primeiro ano e meio, ou mesmo dois anos, de cada mandato são frequentemente dedicados à montagem da máquina governativa: reorganização ministerial, aprovação de estatutos, reestruturação de equipas e concepção de estratégias sectoriais. Este processo, essencial para alinhar a visão do novo governo, acaba por consumir uma parte considerável do tempo útil.

Além disso, o último ano de cada mandato é invariavelmente marcado pelo foco nas eleições. A busca pela renovação do mandato desvia o foco das prioridades governativas e introduz dinâmicas eleitorais que limitam decisões estratégicas. Assim, em termos práticos, sobram apenas dois anos de trabalho efectivo num mandato de cinco anos.

Defender um mandato único de sete anos não é apenas uma proposta pragmática; é uma visão para maximizar a eficácia governativa. Ao reduzir o número de ciclos eleitorais, permite-se mais tempo para a execução de programas de governação sem interrupções recorrentes. Um único mandato alongado permitiria que

um presidente concentre os esforços na implementação de mudanças estruturais, sem as pressões de buscar reeleição ou de lidar com ciclos administrativos fragmentados.

Este modelo tem defensores em diversos contextos. Giovanni Sartori, em **A Teoria da Democracia** (1987), alerta para os riscos de mandatos curtos combinados com a reeleição, que muitas vezes transformam governos em instrumentos de sobrevivência política. Sartori argumenta que mandatos únicos prolongados podem promover maior autonomia e compromisso com reformas de longo prazo, dado que o líder não estará condicionado à lógica eleitoral de curto prazo.

Além do Presidente da República, é pertinente aplicar o mesmo princípio ao nível da Assembleia da República. Os deputados, actualmente eleitos por cinco anos, deveriam também ter um mandato único de sete anos, sem direito a renovação. Esta proposta permitiria injectar "sangue novo" no parlamento a cada ciclo, promovendo a renovação de ideias, a inclusão de novas perspectivas e o acesso equitativo ao poder político. O sistema actual, que permite sucessivas reeleições, tende a perpetuar elites políticas, limitando a participação de novos actores na vida pública. Um mandato único de sete anos mitigaria esse risco, criando espaço para uma distribuição mais justa da renda política e fomentando a inclusão social e política.

Esta abordagem também encontra suporte em Max Weber, que sublinhou a necessidade de limitar a profissionalização excessiva da política, que pode levar ao distanciamento dos representantes em relação às bases eleitorais. Ao promover a renovação periódica e inevitável dos deputados, o sistema asseguraria que os interesses populares permanecessem no centro da agenda parlamentar. Além disso, uma Assembleia renovada a cada sete

anos teria maior predisposição para concentrar-se em legislar e fiscalizar o executivo, sem as distrações inerentes aos ciclos eleitorais curtos. Com um mandato único, os deputados poderiam dedicar-se integralmente à sua missão legislativa, contribuindo para uma governação mais eficiente e menos fragmentada.

Sartori observa que "a democracia funcional depende mais da qualidade da liderança do que da frequência com que ela é alterada", uma perspectiva que reforça a viabilidade do modelo proposto. Paralelamente, a renovação sistemática dos deputados ajudaria a mitigar os riscos de estagnação política e a promover uma redistribuição equitativa de oportunidades no acesso ao poder. Em Moçambique, onde os desafios de desenvolvimento exigem medidas estruturais e visão de longo prazo, a adopção de mandatos únicos de sete anos para o Presidente da República e os deputados da Assembleia da República pode oferecer uma solução viável. Este modelo não compromete a alternância democrática, mas ajusta os tempos políticos para maximizar a eficácia governativa e legislativa.

Se for para rever a lei eleitoral, que se considere o mandato único de sete anos para o Presidente da República e os deputados. Essa mudança não apenas simplificaria os processos políticos, mas poderia redefinir a forma como encaramos o futuro da governação em Moçambique, assegurando que cada ciclo de governação e legislatura contribua efectivamente para o progresso nacional.

Bibliografia

Constituição da República de Moçambique, 2004, com a revisão de 2018.

Sartori, G. (1987). *A Teoria da Democracia*. Editora Martins Fontes.

Weber, M. (2003). *A Política como Vocação*. Editora Companhia das Letras.



SER ESPIRITUAL

Felisberto Botão

A Frelimo nunca vai me comprar, disse o Albano Carige

Não resisti a escrever este artigo, que foi um desvio do que estava a escrever para esta semana, quando ouvi o Presidente do Município da Beira, num vídeo nas redes sociais, a afirmar que “a Frelimo nunca vai me comprar”, num momento que eu estava a tratar um assunto bizarro com o Município da Beira, onde um cidadão, que se afirma com muita influência no partido Frelimo, fez telefonemas, pessoalmente ou através do seu advogado, para anular a decisão da fiscalização, que depois de uma análise técnica de uma obra nova, concluiu que a obra violava a postura urbana, e prejudicava os proprietários.

Eu pago impostos, como pessoa e com mais de duas instituições, e possuo outros empreendimentos económicos que também contribuem para o município e para o estado central, o que torna muito aborrecido, passar por situações de violação de sua privacidade e de direitos, por simples questão e capricho de uma amizade que o presidente do município quer manter, independentemente dos estragos e atropelo na postura urbana.

É assim que queremos gerir as instituições públicas, e querem fazer-nos acreditar que são uma alternativa para a boa governação?

É de pequenas obras que se percebe a postura de um edil

São várias as obras que estão a acontecer hoje nas cidades de Moçambique, e Beira não é uma excepção. A pressão sobre os espaços, tanto nas zonas urbanas, assim como nas zonas periurbanas, é muito grande, devido a demografia.

O reaproveitamento e otimização de espaços na zona urbana é muito comum hoje, e compreensível devido a busca de infraestruturas (saneamento, estradas, etc.), inexistentes nas zonas suburbanas e de expansão, mas nem por isso deve servir de pretexto para atropelar-se as normas básicas da postura urbana.

No caso em concreto, o cidadão supracitado decidiu ampliar a sua dependência, em planta e em pisos, e ligar com a sua propriedade no primeiro andar, o que interfere com os espaços comuns e de outras propriedades. Entretanto, foi interpelado o cidadão, com vista a obter esclarecimentos dos possíveis riscos que daí pudessem emergir, sem sucesso, se arrogância e desdenho, e no processo constatamos:

1. Não parece haver nenhum desenho de orientação da construção, o que consubstancia uma violação, uma vez estar a ocorrer modificação da estrutura, incluindo em elementos comuns, e haver necessidade de modificar o sistema de esgotos.
2. Não foi respeitado o espaço comum na concepção da obra, e não foi efectuada nenhuma consulta aos proprietários de espaços vizinhos.
3. A obra está a obstruir as janelas da nossa propriedade, e dificultando o acesso ao nosso equipamento de frio, o que será um transtorno na hora da manutenção.
4. A obra do R/c da dependência aconteceu sem que percebêssemos o movimento, só quando atingiram o primeiro andar, percebemos por conta dos efeitos da demolição da laje da nossa cobertura, o

que não é razoável para um espaço de convivência comum.

5. Não conseguimos conversa com o vizinho, nem com seu advogado, que acredita estar a exercer o seu direito, incluindo a desobediência aos fiscais do município, depois de por duas vezes, os fiscais suspenderem a obra e recolherem ferramentas e equipamento.

A obra continua, sob alegação que nenhum fiscal vai impedir, porque o presidente do município deve favores a alguém do círculo do dono da obra, e de facto a fiscalização anda fugitiva.

A ser verdade, será que é esta a postura de um edil? Sacrificar a estrutura da cidade por conta de favores pessoais? Como poderemos acreditar numa liderança nestas condições, numa época em que a luta do povo na rua e mesmo a falta de palavra de honra da liderança, e impactos negativos de amiguismo e nepotismo nas instituições do estado?

Vemos hoje que a liderança em Moçambique está atordoada, e já não está envolvida numa luta política para os altos interesses da nação, mas sim, numa luta de sobrevivência da classe e de proteção de seus interesses pessoais, tanto que já nem se quer percebem a barbaridade óbvia das suas acções e ordens. As autoridades moçambicanas não conseguem incluir a variante “povo” na sua equação, o que conta é o seu círculo e acobertar que não venha a público.

É assustador como estamos cada dia mais parecidos com o colono, quanto mais o número de anos de independência aumenta. Fica a impressão que aos poucos vamos percebendo as razões do colono, e vamos validando as suas metodologias. Só que não temos a lucidez de perceber que o colono extorquia de nós para dar boa vida ao seu povo lá na terra deles, e nós, usamos a extorsão contra nós mesmos. Isso gera tanta confusão nas nossas cabeças que acabamos mandando dinheiro lá para a terra do colono, pensando que é “em casa” também.

Nós não estamos a construir uma nação, parece mais que estamos a destruir, voluntariamente, porque já não temos nenhuma ligação emocional com a nação e com o seu povo.

Todas as guerras e insurgências em África, tem a mão ocidental, particularmente dos estados unidos, através da CIA, e da França, através da Legião Estrangeira. Os franceses, holandeses e belgas, são os que mais sangue africano tem em suas mãos, e juntando Portugal, são os que mais defendem a manutenção de África como colónias. Lembra que Portugal foi a última potência colonial a resistir às lutas de libertação?

A agenda europeia visa derrubar os governos que estão a fortificar-se fora do seu sistema, especialmente em África. Sabe-se que os agentes do apartheid da África do Sul estão em força ainda hoje, e são muito bem-recebidos pelo sistema europeu. Para o sistema europeu, **democracia** significa controlar o poder político, e puder derrubar o líder não alinhado, através de eleições periódicas; **autoritarismo**, significa governos fortes e apoiados pelo povo, que devem ser derrubados, pois perigam o seu domínio; **responsabilização**, é a punição de líderes que ousam desafiar o sistema, como Kadhafi, o Magufuli, o Kwame, e ainda hoje temos Traoré, o Tchiani, o Goita, o Putin, o Maduro,

etc. Esta responsabilização não é válida para bandidos explícitos como o Macron, Biden, Obama, Hillary, Ursula, Netanyahu e outros, pois estes estão no sistema. E por fim, **transparência**, significa não operar fora do seu sistema financeiro, democrático, comercial, e de suas instituições, como a ONU, FMI, OMS, etc. Entretanto, quem trabalha na penumbra são eles, quando organizam, instalam e alimentam insurgentes em Cabo Delgado, quando pagam o Ruanda para encobrir suas acções em Moçambique e no Congo, quando criam pandemias como a Covid-19, quando impõe sementes geneticamente modificadas, as famosas **GMO** - “*genetically modified organism*”, quando impõem o Dólar ao mundo, lastreado em nada, como um activo de reserva internacional, entre outros absurdos sistémicos, próprio de um sistema imperialista que prega valores que não tem.

Moçambique, com o grande investimento externo, veio junto a insurgência, a especialidade dos franceses. E para camuflar o combate, a França mandou trazer o seu pupilo, Kagame, que deve ser dado mimos para não denunciar o genocídio de Ruanda, que afinal não teve nada a ver com lutas tribais, mas sim, a necessidade de sacrifício humano que o ocidente queria, através de muito sangue. Agora nós temos que aturar o Ruanda como beneficiário do conteúdo local moçambicano.

Nós acreditamos que o nosso povo é pobre, e não conseguimos visualiza-lo de forma diferente. É por esta razão que apostamos em programas sociais, como kits de autoemprego, e não programas de desenvolvimento, como o conteúdo local. Veja as bolsas de estudo, é mais um programa social, de ajuda aos jovens, e não um plano de desenvolvimento, pois não há plano de integração destes jovens depois formados. Muitos se integram nos países onde vão estudar, e ninguém sente falta deles por aqui.

Nós já discutimos aqui sobre o conteúdo local. A qualidade que os outros países apresentam, foi suportada pelos seus governos, através de medidas proteccionistas. Hoje é muito evidente com as acções que assistimos da europa e dos estados unidos, com relação a imposição de taxas específicas aos produtos e indústrias externos, para proteger as suas indústrias e suas economias.

“*Se não há inimigo interno, o inimigo externo não pode nos fazer mal*”. Infelizmente, o inimigo interno de África, regra geral, é a sua liderança.

O cansaço e a fome é o que mata muitos movimentos jovens. É o que vemos na Nigéria, do Tinubu, o governo só precisa calar e controlar os excessos, os jovens acabam parando de fome. É aí que deviam entrar as ONGs, para distribuir água e comida, mas como o poderão fazer, se estas também vivem do sangue e da pobreza do povo? Qualquer suporte a revolução iria levar a sua extinção, até por ordens da europa.

Mas temos que reconhecer que em Moçambique esta revolução esta a surpreender a todos. O software que o jovem moçambicano está a trazer no mercado não está a correr no sistema operativo do governo do dia, este precisa de um upgrade para ser capaz de ler o software.

Alguém sugeriu, e eu concordo, que independente do que acontecer nesta revolução, estes jovens merecem um memorial no Maputo, e quiçá, em Adis Abeba.

O seu comentário e contribuição serão bem-vindos. Obrigado pelo seu suporte ao movimento SER ESPIRITUAL <https://web.facebook.com/serespiritual.mz/>

Oposição vai contestar em tribunal os resultados das eleições presidenciais na Namíbia

O principal partido da oposição da Namíbia anunciou, recentemente, que vai contestar em tribunal os resultados das eleições do mês passado, que foram ganhas pelo partido SWAPO, no poder. O Independent Patriots for Change (IPC) já tinha feito saber que não reconheceria os resultados neste vasto país da África Austral, rico em minerais. "No dia 23, apresentaremos o processo principal sobre as eleições de 27 de Novembro, que foram posteriormente prorrogadas", disse a Secretária-Geral do IPC, Christine Aochamus.



Ruanda adia Cimeira Tripartida em Angola por questões críticas

O governo ruandês, liderado por Paul Kagame, anunciou este fim-de-semana o adiamento da cimeira tripartida de Luanda sobre a paz na República Democrática do Congo, alegadamente por ter constatado "questões críticas por resolver" para além de acusar autoridades congolezas de ameaças.

Através de um comunicado divulgado na rede social X, o ministério ruandês dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional sublinha que não foi alcançado um acordo entre os dois países na reunião ministerial em Luanda na véspera da cimeira tripartida, que deveria juntar os Presidentes do Ruanda, Paul Kagame, da República Democrática do Congo (RD Congo), Félix Tshisekedi e de Angola, João Lourenço, na qualidade de mediador do conflito.

A cimeira não chegou de acontecer já que apenas Tshisekedi compareceu neste do-

mingo (15.12) em Luanda.

De acordo com o comunicado do governo de Kagame, estão conversações directas com o grupo armado M23, alegadamente apoiado por Kigali, para alcançar uma solução política para o conflito no leste da RD do Congo, ponto sobre o qual não houve consenso na reunião de sábado.

"Por isso, a cimeira não teria resultado num acordo, em particular num contexto de ameaças continuas por parte das autoridades congolezas, incluindo o Presidente, para alcançar uma mudança de regime no Ruanda, bem como da



coligação de forças que atuam no Leste da RD Congo juntamente com as forças armadas congolezas, incluindo mercenários europeus, militares do Burundi, Wazalendo e as FDLR", refere o comunicado.

A diplomacia ruandesa sublinha que "tem de haver acções sérias para lidar com as

FDLR (Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda] para além dos jogos que estão a ser jogados em torno deste problema.

Segundo o comunicado, o adiamento da cimeira permite tempo para o diálogo proposto pelo Presidente angolano João Lourenço (na qualidade

de facilitador do processo de Luanda) e do ex-Presidente do Quênia Uhuru Kenyatta (na qualidade de facilitador do processo de Nairobi), entre o M23 e a RD do Congo.

A nota de imprensa revela ainda que o adiamento da cimeira permite tempo para o diálogo proposto pelo Presidente angolano João Lourenço (na qualidade de facilitador do processo de Luanda) e do ex-Presidente do Quênia Uhuru Kenyatta (na qualidade de facilitador do processo de Nairobi), entre o M23 e a RD Congo.

O governo ruandês destaca que existem acções que a RD Congo pode e deve tomar "sem usar continuamente o Ruanda como pretexto para não fazer nada" e que o Ruanda esta disponível para participar numa cimeira que adopte "um caminho concreto e sério para resolver as questões pendentes de uma vez por todas".

Filha de Amílcar Cabral subscreve manifesto pela liberdade em Guiné Bissau

Dezenas de pessoas, entre as quais Iva Cabral, filha mais velha de Amílcar Cabral, "pai" da nacionalidade guineense subscrevem um manifesto pela liberdade, democracia e direitos humanos na Guiné-Bissau, em que se denuncia "os riscos que o país enfrenta".

Num documento, de dez pontos e subscrito por "cidadãos de diferentes origens e sectores" da Guiné-Bissau, Portugal, Angola, Alemanha, Brasil, Cabo Verde, Estados Unidos, França, Itália e Senegal, exige-se o "respeito pleno e irrestrito pelos direitos humanos, conforme garantido pela Constituição e tratados internacionais" com que a Guiné-Bissau se comprometeu.

Os subscritores salientam que a "democracia é o único caminho legítimo para o

progresso, a estabilidade e o respeito pelos direitos humanos", na Guiné-Bissau e consideram que a "liberdade de expressão é um direito fundamental que sustenta todas as outras liberdades e um pilar essencial para uma sociedade democrática.

Nesse sentido, destacam que a "convivência pacífica entre ideias e opiniões diferentes" é a base de uma sociedade democrática, razão pela qual "o debate deve ser promovido, não silenciado".

Subscrito, entre outros,

pelos advogados Ricardo Sá Fernandes e Francisco Teixeira da Mota, de Portugal, a juíza cabo-verdiana Vera Duarte, o agrónomo angolano Fernando Pacheco, e a investigadora Moema Parente Augel (Alemanha) e o escritor angolano Ondjaki, o manifesto condena "qualquer forma de censura, repressão ou intimidação contra jornalistas, activistas, intelectuais ou cidadãos que expressem as suas opiniões.

Protecção aos meios de comunicação social, independência das instituições públicas, incluindo o sistema judicial e responsabilidade no discurso público, para que não haja confusão com o discurso de ódio, difamação ou incitação à violência, são outros alertas que os subscritores fa-



zem no manifesto, intitulado "Manifesto pela Liberdade, democracia e direitos humanos na Guiné-Bissau".

Assim os subscritores apelam "às diversas instâncias da comunidade Internacional, e nomeadamente aos seus

representantes na Guiné-Bissau, para que contribuam activamente para a proteger e promover a democracia, a ação cidadã e a liberdade de expressão na Guiné-Bissau, muito especialmente em momentos de crise".



Dedos D'eus

O Bispo Calado e o Conselho Morto

Sentei-me no mesmo café onde, meses atrás, celebrávamos a esperança. Naquela época, ainda acreditávamos que o nosso voto era a arma mais poderosa que tínhamos. Mas agora, enquanto o café esfriava na mesa, tudo o que sentia era o gosto amargo de uma traição.

Olhei para a televisão pendurada na parede, onde a imagem do bispo presidente da Comissão Nacional de Eleições passava em silêncio. Um homem de Deus, dizia-se. Mas, afinal, que Deus é esse que aceita o roubo descarado da vontade de um povo? Sua batina, outrora símbolo de fé, agora me parecia mais um disfarce. Ele deveria pregar a justiça, mas escolheu ser o sacer-

dote de uma farsa.

E o Conselho Constitucional? Esse nem se dava ao trabalho de fingir. Há meses que suas salas se tornaram túmulos, ecoando apenas o silêncio da cumplicidade. O que eles esperam? Que o povo esqueça? Que a poeira cubra a vergonha dos que deveriam proteger a democracia?

No mercado, ouvia os murmúrios. "Eles decidiram por nós", diziam. "O bispo vendeu o púlpito, e o Conselho enterrou a Constituição." Não era exagero. Como pode um país funcionar quando as instituições que deveriam ser pilares se tornam buracos sem fundo?

Minha indignação não era apenas política; era pessoal. Eu havia votado. Eu ti-

nha acreditado. E agora, eu estava ali, encarando um país que parecia rir da minha cara. "O que nos resta fazer?", Perguntei a um amigo ao lado. "Rezar para o bispo ou exigir que o Conselho ressuscite dos mortos?" Ele riu amargamente. "Nem um, nem outro. Aqui, somos órfãos de Deus e da lei."

Levantei-me e paguei a conta. Enquanto caminhava pelas ruas cheias de buracos tão cheias de falhas quanto as instituições do meu país, só conseguia pensar que talvez fosse isso o que eles queriam: um povo tão cansado que aceitaria tudo em silêncio. Mas eu me recuso. Se eles querem silêncio, terão que nos calar. E eu, por enquanto, ainda sei gritar.

Presença das tropas ruandesas: Alguns moçambicanos não sentem na pele o sofrimento do povo de Cabo Delgado

Havugiyaremye Alphonse

Como é de conhecimento de todos os Moçambicanos, desde Outubro de 2017 a província de Cabo Delgado foi e continua a ser alvo de ataques terroristas que já resultaram na morte de mais quatro mil pessoas e levaram mais quatro mil a abandonarem as suas residências na busca de locais mais seguros.

O Governo Moçambicano foi obrigado de pedir a intervenção de vários países estrangeiros incluindo o Ruanda. Este último, destacou as suas Forças de Segurança para auxiliar as Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique. A actuação da Força Militar Ruandesa junto da Força Militar Moçambicana teve bom sucesso, pois logo que chegaram os militares ruandeses, as duas Forças derrotaram os insurgentes terroristas que terrorizavam a população do distrito de Mocimboa da Praia e não só. Por isso, em alguns distritos a população está a regressar cada vez mais nas suas localidades e os militares ruandeses participam da sua reintegração através das actividades extramilitares, entre outras a construção de escolas e mercados, assistência médica e medicamentosa através da sua Clínica móvel.

Mesmo assim, por não sentir na pele o sofrimento do povo de Cabo Delgado, alguns moçambicanos não vêem de bons olhos a intervenção das Forças de

Segurança Ruandesas no combate ao terrorismo e as suas iniciativas extramilitares a favor da população da província de Cabo Delgado.

Mas, se alguns de nós não sentem na pele o sofrimento do povo de Cabo Delgado deveriam pelo menos ter em conta a problemática do terrorismo e a necessidade da manutenção da paz nessa província, sem esquecer o problema da reintegração da população nas suas localidades e a sua assistência nas necessidades básicas.

Não é por acaso que a União Europeia (EU) decidiu que Moçambique vai receber vinte milhões de euros, mais de 1.3 mil milhões de meticais o reforço de apoio militar ruandês que opera na província do Cabo Delgado, devido ao terrorismo.

O apoio foi aprovado há dias no âmbito do Mecanismo Europeu de apoio à paz. Este destacamento teve início em Julho de 2021, a pedido das autoridades moçambicanas para apoiar a luta contra o terrorismo em Cabo Delgado.

É de salientar que a presença das Forças de Defesa do Ruanda, tem sido fundamental, para fazer progressos e continua a ser fundamental, especialmente tendo em conta a recente retirada da Missão da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (CAMIM).

Há quem tem espírito de gratidão para o sacrifício que os militares ruandeses junto dos militares moçambicanos fazem a favor do povo de Cabo Delgado, pois **"metade do pagar é agradecer"**, diz o ditado popular.

Aqueles que não sentem o sacrifício que os militares ruandeses, especialmente, estão a fazer combatendo o terrorismo e ajudando o povo de Cabo Delgado através de várias iniciativas extramilitares, podemos endereçar-lhes essa mensagem: **Cada um vê mal ou o bem, conforme os olhos que tem e Cada cabeça, sua sentença**, diz o ditado popular.

Aqueles que não sentem na pele o sofrimento do povo de Cabo Delgado, podemos transmitir-lhes a sabedoria dos provérbios populares: **Ninguém se ria do mal do vizinho, o seu já vem pelo caminho e Quem não sente o mal alheio, não espere que lhe sinta o seu.**

Agradecemos as Forças de Defesa e Segurança (FDC) de Moçambique e as Forças de Segurança Ruandesas que trabalham dia e noite combatendo o terrorismo e assegurando a vida do povo da província de Cabo Delgado.

Viva Moçambique do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico.



Actividades em destaque

Ajudamos a manter o seu ambiente limpo e arrumado.

- ✓ Limpeza geral e industrial
- ✓ Manutenção de jardins
- ✓ Desinfecção e Fumigação
- ✓ Fornecimento de consumíveis de limpeza e plantas de ornamentação



Detalhes de contacto:

+258 86/84 6625701

SIGA NOSSAS PAGINAS  

Email: Info@bringuesclean.co.mz ou comercial@bringuesclean.co.mz

Site: www.bringuesclean.co.mz

Morada: Av. Albert Lithuli nº 1528, R/C, Bairro Alto Maé A.



Ferrovário da Beira campeão nacional de basquetebol sénior masculino

O Ferrovário é o novo campeão da modalidade da bola ao cesto em Moçambique. As locomotivas de Chiveve não deram espaço para manobras ao Costa do Sol que vinha com claras intenções de revalidar o título conquistado no ano passado. Depois de ter triunfado por 92 a 70 no primeiro jogo do play-off a melhor de três, no segundo o Ferrovário da Beira venceu por 84 a 70. Por sua vez, o Ferrovário de Maputo ocupou a terceira posição após derrotar o Maxaquene.



Anabela conquistou cinco títulos em igual número de finais e Nazir Salé somou o quarto

Ferrovário de Maputo suplanta Ahl Aly e sagra-se campeão africano de basquetebol sénior feminino

O mapa do basquetebol feminino no continente africano ao nível de clubes foi, no domingo, 15 de Dezembro, pintado de verde e branco. O Ferrovário de Maputo derrotou na finalíssima do WLBA o Ahl Aly de Egipto por 81 a 72 e conquistou o terceiro título africano da sua história. Enquanto, Nazir Salé somou o quarto título continental ao nível dos clubes, Anabela Cossa sagrou-se penta campeã na Arena de Dakar Senegal. Estranhamente, a FIBA-Africa atribuiu o prémio de MVP a atleta senegalesa do conjunto egípcio, no entanto, as locomotivas tiveram duas atletas entre as que mais se destacaram na prova. Ingvild Mucauro foi eleita a melhor ressaltadora, enquanto Anabela foi a rainha das triplistas.

Duarte Siteo

Em África, o Ahl Aly do Egipto é o rei quando se trata de competições entre clubes no futebol. No entanto, no basquetebol não teve argumentos para contrariar a pujança e talento das jogadoras do Ferrovário de Maputo, bem orientada por um senhor que dispensa qualquer tipo de apresentações no panorama da modalidade da bola ao ces-

capital moçambicana entraram avassaladoras na Arena de Dakar. No primeiro período, não deram espaços para manobras. Com Sílvia Veloso como base - armadora, nesta etapa, o Ferrovário de Maputo conseguiu marcar 26 pontos, por sinal, o dobro do seu rival.

No segundo período, as meninas de Nazir Salé tive-



suas pupilas, o técnico dos locomotivas pediu um desconto de tempo para limar algumas arestas.

As locomotivas reentraram nos carris do jogo. No entanto, foram incapazes de impedir que a turma egípcia reduzisse a desvantagem trazida do primeiro período, sendo que as duas equipas foram para o intervalo com o resultado de 46 a 38.

O inconformismo não salvou a pele do Ahl Aly

No reatamento, ou seja, no terceiro período, o Ferrovário de Maputo não deu espaço para manobras ao Ahl Aly. Nesta fase de jogo, a turma moçambicana soube anular os pontos das egípcias. No último segundo, Ingvild Mucauro converteu três pontos que

permitiram com o que o Ferrovário de Maputo fosse para o derradeiro período com uma vantagem de 17 pontos, uma vez que a etapa terminou com o resultado de 67 a 50.

O quarto período foi, diga-se, impróprio para cardíacos. As egípcias tudo fizeram para dar a volta ao marcador e souberam aproveitar o nervosismo do Ferrovário de Maputo que perdeu Ingvild Mucauro em virtude de ter somado a quinta falta na partida.

A poucos minutos de terminar o jogo, tudo parecia que inconformismo estava prestes a premiar o Ahl Aly. Entretanto, a estrelinha de campeão das locomotivas veio ao de cima, uma vez que conseguiram marcar em três jogadas consecutivas e ainda beneficiam de uma falta técnica.

Com poucos segundos para se jogar, as egípcias baixaram os braços e se renderam ao talento das jogadoras moçambicanas que venceram no final do quarto período por oito pontos de diferença, ou seja, 81 a 72.

Com este triunfo, o Ferrovário conquistou o terceiro título africano da sua história. Enquanto Nazir Salé, somou o quarto troféu ao nível da prova mais importante de clubes na modalidade da bola ao cesto, Anabela Cossa conquistou o quinto anel.

O Ferrovário de Maputo teve duas jogadoras no lote das que se destacaram na prova disputada em Dakar. Anabela Cossa foi coroada a rainha dos triplos e, por sua vez, Ingvild Mucauro foi distinguida como melhor ressaltadora.



to a nível nacional e internacional.

Depois do pleno nas fases anteriores, as locomotivas da

ram uma entrada em falso o que, de certa forma, permitiu o crescimento do Ahl Aly. Apercebendo da apatia das

PUBLICIDADE

Confie na Codebaz para desenvolver o software que vai revolucionar seu negócio.

Inovação e qualidade em cada linha de código!.

Calouste Gulbenkian abre candidatura para curadoria dos PALOP

A Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, abriu candidaturas para um estágio presencial de quatro meses no Centro de Arte Moderna da própria instituição. Os interessados podem concorrer até 10 de Janeiro de 2025. O objetivo dos estágios, segundo a organização, é contribuir para a capacitação e desenvolvimento de competências de profissionais dos PALOP.



Crise pós-eleitoral

Artistas unem-se em Maputo num movimento cultural contra violência

Neste final de semana (14.12), vários de artistas de diferentes áreas de actuação juntaram-se na capital moçambicana, Avenida 10 de Novembro, por volta das 8:30, para repudiar as manifestações que já culminaram em violência, detenções e igualmente apelar para o diálogo entre as partes envolvidas. A iniciativa insere-se no âmbito do movimento “L.U.T.O POR MOZ”

O evento, antecedido por um minuto de silêncio pelas vítimas dos confrontos entre a polícia e manifestantes que protestam contra os resultados eleitorais, foi marcado por apresentações diversificadas, entre música, poesia e pintura, artes marciais e outras formas de manifestação artística.

De acordo com o músico moçambicano engajado nas causas sociais sobretudo quando se trata de manifestações, Stewart Sukuma, o Movimento visa lutar contra a opressão, agressão policial, assassinatos políticos, corrupção e lutar a favor “da liberdade de expressão, democracia, direitos humanos, despartidarização estatal e transparência governamental.

Stewart Sukuma disse ainda que a data 14 de Dezembro veio para ficar na história de Moçambique porque nasceu um movimento cultural para o povo moçambicano para se alcançar o bem comum, por isso “não pode parar mesmo com ameaças e pressão”.

A concentração juntou artistas como Énia Lipanga (poetisa), Kloro (rapper), Cláudio Ismael (cantor), Ras Hairtm (músico), Cazé (fisculturista), entre outros.

O rapper moçambicano Kloro, aproveitou a oportunidade para chamar a adesão dos artistas e do público em geral para a mudança do país.

“Amigos artistas vocês que a máscara ainda não caiu, sobre a necessidade de fazer algo pela



comunidade, este é o momento. Vamos lutar contra desigualdades sociais, opressão, agressões policiais. Chegou o momento da verdade e nada nos pode parar porque ele se rege pelas leis próprias”, apelou.

Importa salientar que o país vive onda de manifestações desde 21 de Outubro em protestos contra os resultados eleitorais anunciados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) que dão declaram como vencedores a FRELIMO e o seu candidato

presidencial Daniel Chapo.

Destino ou coincidência, num passado recente, o líder das manifestações Venâncio Mondlane, pediu a classe artística para apoiar as manifestações “pacíficas”, através das diferentes manifestações artísticas como forma de pressionar o governo para reposição da verdade eleitoral e consequentemente o funcionamento normal do país entre outros.

“Queria pedir a classe artística que muita das vezes tem sido

dito que os nossos artistas não têm participado devidamente nas manifestações, tem uma oportunidade única aqui. Aos músicos, poetas, escritores, actores e por aí fora, se são verdadeiramente representantes do povo e se inspiram no povo, nesta altura o povo está infeliz, o povo está triste, o povo está aflito, o povo está depressivo, então, façam a vossa arte, poesia, narrativas, artes plásticas reportando exactamente o estado de espírito do povo”, convocou.

Ministra da Cultura e figuras públicas prestam último adeus a Noel Langa

Na manhã desta segunda-feira, 16 de Dezembro, personalidades de diversos quadrantes da sociedade, entre fazedores das artes, políticos e membros da sociedade civil e amigos e representantes do Bairro da Munhuana, lotaram o paços do município da cidade de Maputo para o último adeus a Noel Langa, numa cerimónia bastante concorrida, e com presença especial da ministra da Cultura e Turismo, Eldevina Materula, antigo Presidente da República Armando Guebuza, edil da cidade de Maputo, Rasaque Manhique, entre outros.

O acto, preenchido por várias intervenções, mais do que uma cerimónia de despedida, foi uma celebração de vida e obra do mestre do “pincel à mão esquerda”, como referiu

o seu amigo e escritor Marcelo Panguana, destacando ainda o perfil reservado, mas sempre atento que permitiu revelar “as cores do arco-íris” eternizadas nas suas telas.

O representante da família, Fernando Mulungo, agradeceu e reiterou o apoio incondicional prestado pelo MICULTUR, mostrando-se honrado pela presença de todos na cerimónia, sobretudo pelas palavras de elogio que mereceu o seu ente querido.

Para fechar a cerimónia, a ministra Eldevina Materula, no seu elogio fúnebre, começou por destacar Noel Langa como “distinto filho do país, ícone das artes plásticas que promoveu a moçambicanidade dentro e fora do país, quer em exposições individuais e colectivas, quer em fóruns internacionais sobre vários do-



mínios de políticas culturais.”

Noel Laanga morreu, na sexta-feira (13.12), aos 86 anos, vítima de doença, no Hospital Central de Maputo (HCM). Nasceu em Man-

dlakazi, província de Gaza, em 1938. Da mãe, ganhou o gosto pela cerâmica. Ainda muito jovem, ao vê-la moldar uma peça, prometeu a si próprio vir a ser artista.

EVIDÊNCIAS

60 Meticais

Nosso compromisso é com a verdade



Oposição dá sinais de desalinhamento. Renamo e MDM querem anulação e PODEMOS não Lúcia Ribeiro reitera que CC não se vai deixar influenciar pela pressão social

A pesar das irregularidades reportadas pelos partidos políticos, observadores nacionais e internacionais, a presidente do Conselho Constitucional, Lúcia Ribeiro, defende que a instituição por si liderada vai decidir sobre a validação dos resultados das Eleições Gerais apoiando-se na lei e, embora esteja atento a actual tensão pós – eleitoral, vinca que o CC não se vai deixar influenciar pela pressão social. A informação foi partilhada em encontros separados com os principais partidos políticos da oposição, que voltaram a mostrar sinais de divergências. Enquanto o MDM espera que o Conselho Constitucional encontre a verdade eleitoral em todo o trabalho que está a fazer, a Renamo defende que as eleições sejam anuladas porque foram fraudulentas. Por sua vez, o PODEMOS e seu candidato negam a anulação, defendendo a recontagem de votos para a reposição da verdade eleitoral.

Evidências

O Conselho Constitucional reuniu, semana finda, em momentos separados, com os partidos políticos para explicar os procedimentos que está a colocar em prática para repor a verdade eleitoral por estes exigida. A presidente do CC, Lúcia Ribeiro, revelou que a instituição por si liderada está a confrontar os editais da Comissão Nacional de Eleições com os dos partidos políticos e organizações da sociedade civil.

Depois de ter se reunido com o PODEMOS, MDM e Renamo, a presidente do Conselho Constitucional veio ao terreno referir que o acórdão que vai validar o pleito eleitoral realizado em Outubro último vai trazer clareza nos números, até porque enveredou pela recontagem dos votos exactamente para garantir fiabilidade dos números.

“É complicado, talvez, pedir a algum órgão jurisdicional que não seja legalista ou seja tecnicista. Mas também é verdade que este órgão é inserido numa sociedade. Neste momento, o nosso país está a

atravessar uma circunstância de turbulência, uma circunstância extraordinária. Então, atendendo a este mesmo contexto, eu vou dizer que talvez neste acórdão o mais importante não sejam as palavras, mas o mais importante seja a clareza dos números. Esta é a percepção que eu tenho (...). Esta abertura que nós estamos a fazer é mesmo para permitir que as pessoas entrem no Conselho Constitucional porque acho que a ignorância sobre como é que o Conselho Constitucional chega a determinados dados, a determinados números é que cria também a maior inquietação na sociedade”, disse Lúcia Ribeiro, numa entrevista concedida à STV e reproduzida pelo Jornal o País.

Numa altura que as manifestações contra os resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) tem subido de tom no que a agressividade diz respeito, a presidente do Conselho Constitucional garante que a instituição por si liderada não se vai deixar influenciar pela pressão social na hora de decidir.



“Eu posso lhe assegurar que, falando primeiro em mim própria, consigo tranquilidade e discernimento para poder fazer o trabalho. E acredito que este também é o sentimento de todos os juizes conselheiros. Se essa pressão influenciasse ou influísse no modo de como decidirmos, isso seria grave, mas eu penso que no exercício de uma função como a de juiz, a pessoa tem que ter uma pequena distância, ou quando vai pegar o processo deve ter alguma distância. Aliar-se um pouco, que é para não influenciar o resultado. Porque senão, aí é que o resultado não iria espalhar a verdade eleitoral”, declarou.

Renamo quer anulação para tentar sorte depois da vergonha, mas PODEMOS diz “não”

A RENAMO, que teve sua pior performance eleitoral de sempre, vê na anulação dos resultados das eleições de 09 de Outubro como uma boia de salvação, acreditando que uma eventual repetição do pleito, dentro de um ano, possa mudar a actual vergonha. No

entender da perdiz, o Conselho Constitucional tem dados suficientes para anular as eleições. No entanto, o Conselho Constitucional diz que está a empreender esforços para provar tais “discrepâncias” e posteriormente tomar veredicto.

A mandatária da perdiz, Glória Salvador, referiu que já submeteu recursos para reclamar os resultados e há dados que provam que as eleições devem ser anuladas porque “a própria lei diz que quando num apuramento distrital não tem mandatários de um determinado partido essas eleições devem ser nulas” e também pelo facto deste fenómeno ter sido verificado “em muitos lugares”.

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) propôs, por sua vez, a introdução do voto electrónico para evitar longo tempo de espera para a divulgação dos resultados bem como para a tomada de posse e, por outro lado, facilitar o próprio trabalho do Conselho Constitucional (CC).

“Uma das questões que nos deixou mais preocupados é a questão da discrepância dos votos entre a eleição do pre-

sidente, eleição legislativa dos membros da Assembleia provincial e governador de província até porque foi o objecto do nosso recurso”, expressou.

Por sua vez, o presidente do Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), Albino Forquilha não escondeu o seu descontentamento em relação ao encontro que manteve com o Conselho Constitucional. Forquilha entende que, em algum momento, o CC diz que está a trabalhar com dados da mesa.

“Fiquei aqui com a impressão que os processos submetidos não estão sendo devidamente tratados, porque os processos não foram respondidos, não foram julgados, digamos assim, tudo se remete a validação “, disse para depois referir que CC pretende validar resultados que não correspondem a verdade eleitoral

“Nós gostaríamos que houvesse como meu colega estava a explicar a resposta destes processos para podermos acompanhar efectivamente este direito a reclamação, a impugnação até que ponto o Conselho Constitucional responde, ainda não tenho nenhuma segurança”, vincando o seu posicionamento contra anulação dos resultados.

Lúcia Ribeiro revelou que nenhum dos quatro candidatos presidenciais submeteu reclamação em relação aos resultados anunciados pela CNE. Contudo, o presidente do PODEMOS referiu que Venâncio Mondlane “reclama com base nos resultados que foram divulgados pela Comissão Nacional de Eleições, o processo que nós submetemos incorpora o candidato.